UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

BRUNA SOARES PORTELA

ANÁLISE DO ÍNDICE DE PREÇO AO CONSUMIDOR (IPC) PARA A CESTA BÁSICA DE ALIMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PARÁ ENTRE OS MESES DE AGOSTO A NOVEMBRO DE 2025

SANTARÉM-PA
2025

BRUNA SOARES PORTELA

ANÁLISE DO ÍNDICE DE PREÇO AO CONSUMIDOR (IPC) PARA A CESTA BÁSICA DE ALIMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PARÁ ENTRE OS MESES DE AGOSTO A NOVEMBRO DE 2025

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Economia; Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade.
Orientadora: Profa. Dra. Leila de Fátima de Oliveira Monte

SANTARÉM-PA
2025

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

P843a Portela, Bruna Soares

Análise do índice de preço ao consumidor (IPC) para a cesta básica de alimentação no município de Santarém – Pará entre os meses de agosto a novembro de 2025. / Bruna Soares Portela. - Santarém, 2025.

62 p.

Inclui bibliografias.

Orientadora: Leila de Fátima de Oliveira Monte.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade, Bacharelado em Ciências Econômicas.

1. Índice de Preços ao Consumidor. 2. Cesta básica de alimentos. 3. Inflação. 4. Teoria do consumidor. 5. Economia comportamental. I. Monte, Leila de Fátima de Oliveira, *orient*. II. Título.

CDD: 23 ed. 338.528098115

Bibliotecária - Documentalista: Cátia Alvarez – CRB/2 843

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE MONOGRAFIA DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

No décimo primeiro dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, às catorze horas, na Sala Virtual: https://meet.google.com/wih-qabz-udg realizou-se a Defesa Pública da Monografia da acadêmica **BRUNA SOARES PORTELA** (matrícula: 2020007924), intitulada: "Análise do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) para a Cesta Básica de Alimentação no Município de Santarém-Pará entre os Meses de Agosto a Novembro de 2025", sob orientação da Profa. Dra. Leila de Fátima de Oliveira Monte que compôs a banca examinadora com o Prof. Dr. Jarsen Luís Castro Guimarães e o Prof. Dr. Abner Vilhena de Carvalho. A presidente fez a abertura do trabalho com a apresentação dos componentes da banca, da discente e atribuiu o tempo de vinte e cinco a trinta minutos para a apresentação do trabalho. Após a apresentação, seguiu-se a arguição e, em seguida as respostas. Posteriormente, os membros da banca fizeram suas considerações e sugestões finais passando a palavra para a discente que efetuou seus agradecimentos. A banca reuniu-se e apresentou o parecer final, com a nota _____10,0 (DEZ)_____. Nada mais havendo a tratar, eu Profa. Dra. Leila de Fátima de Oliveira Monte lavrei a presente ata que, após ser lida, será assinada pelos membros da banca e pela discente.

Dra. Leila de Fátima de Oliveira Monte – Orientadora

Documento assinado digitalmente
gov.br
LEILA DE FATIMA DE OLIVEIRA MONTE
Data: 11/12/2025 15:22:05-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Dr. Jarsen Luís Castro Guimarães – Membro da banca .....

Documento assinado digitalmente
gov.br
JARSEN LUIS CASTRO GUIMARAES
Data: 11/12/2025 15:19:23-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Dr. Abner Vilhena de Carvalho – Membro da banca .....

Documento assinado digitalmente
gov.br
ABNER VILHENA DE CARVALHO
Data: 11/12/2025 16:00:25-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Bruna Soares Portela – Discente .....

Documento assinado digitalmente
gov.br
BRUNA SOARES PORTELA
Data: 11/12/2025 16:13:00-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Dedico este trabalho a Deus, aos meus pais Bruno e Eliete e irmãos Wellington e Fernanda que tanto me ajudaram nessa jornada.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus que esteve comigo do início ao fim da graduação, sem Ele não haveria este trabalho.

Aos meus pais, Bruno e Eliete, que me agraciaram com a vida que tenho, me deram a oportunidade de vivenciar uma trajetória de estudos tranquila e honrosa. Eles sempre acreditaram em mim e são o motivo de eu estar alcançando lugares que jamais imaginei. Eles foram compreensivos durante o período universitário e o período de estudo para o concurso e me deram todo o apoio nessa jornada.

Aos meus irmãos, Fernanda e Wellington, que são tão amorosos e alegres, e fazem os momentos do dia a dia mais leves e divertidos.

À minha avó materna Raimunda Rodrigues Soares (*in memorian),* pois me deu exemplo de força, caráter e confiança em Deus.

À minha avó paterna Maria Eunice por todo o cuidado e bondade.

Aos meus colegas da turma BCE 2020, pois passamos muitas horas juntos e cada um à sua forma foram especiais.

Ao observatório Socioeconômico de Santarém (Obessan), expresso minha sincera gratidão pela oportunidade de ter atuado como bolsista. Essa experiência foi fundamental para meu crescimento acadêmico e pessoal, permitindo-me desenvolver habilidades de pesquisa, ampliar meus horizontes e fortalecer minha trajetória científica. Agradeço especialmente pelo apoio recebido durante o período em que estive vinculada ao projeto, que se tornou um marco importante na construção desta monografia.

A todos os professores do curso de Ciências Econômicas da Ufopa: Dr. Abner Vilhena de Carvalho, Dra. Andréa Simone Rente Leão, MSc. Elen Cristina da Silva Pessoa, MSc. Ênio Erasmo de Oliveira Ramalho, Dr. Jarsen Luis Castro Guimarães, MSc. Jhonata da Silva Pereira, Dra. Leila de Fátima de Oliveira Monte, Dr. Luiz Gonzaga Feijão da Silva, Dr. Sandro Augusto Viegas Leão, Dr. Tarcísio da Costa Lobato e Dra. Zilda Joaquina Cohen Gama dos Santos, pois dedicam-se ao ensino de qualidade e contribuíram significativamente para a minha formação acadêmica e humana.

À minha querida orientadora, Profa. Dra. Leila Monte, que esteve me ajudando na elaboração deste trabalho, suas contribuições, críticas e elogios foram importantíssimos para a conclusão desse sonho.

Como servidora desde setembro de 2025 na presente instituição, a qual me orgulho muito, quero externar meus sinceros agradecimentos à equipe da Proges, representada pelo

Prof. MSc. Luamim Sales Tapajós, que me acolheram muito bem. E em específico à Diretoria de Acompanhamento Estudantil (DAE), na pessoa da Dra**.** Izabela Mendonça de Assis, bem como ao setor onde atuo, a Coordenação de Políticas Universitárias de Alimentação e Nutrição (CPUAN), representada pelo coordenador Marcello de Lima Baima.

À Universidade Federal do Oeste do Pará pela oportunidade de cursar uma graduação em uma instituição pública de excelência.

“Uma apreciação imparcial da incerteza é o alicerce da racionalidade — mas não é isso que as pessoas e organizações desejam”.

(DANIEL KAHNEMAN)

RESUMO

O presente trabalho, tem como objetivo calcular e analisar o IPC da cesta básica de alimentação em Santarém (PA) para o período de agosto a novembro de 2025, identificando tendências, oscilações e impactos sobre o custo alimentar local. Desse modo, o que constitui a questão problema no presente trabalho é a seguinte: como se comportaram os preços dos alimentos da cesta básica em Santarém (PA) entre agosto e novembro de 2025, e o que esse comportamento revela sobre a dinâmica do Índice de Preço ao Consumidor (IPC) local? Como referencial teórico temos a compreensão das escolhas dos consumidores a partir de aspectos microeconômicos, como a teoria do consumidor e a economia comportamental. A teoria do consumidor reverbera aspectos neoclássicos, como a racionalidade, e a economia comportamental constitui a integração entre economia e a psicologia, com pesquisas ajustadas ao real comportamento diante das deliberações cotidianas. Além disso, adiciona-se um panorama das principais teorias da inflação, que são relevantes, haja vista o contexto histórico brasileiro de constantes lutas travadas contra esse mal. A metodologia de pesquisa bibliográfica identificou os principais autores que discutem os assuntos descritos nesse trabalho. Além disso, os dados coletados, através da pesquisa de campo, foram cruciais para responder à questão problema, que está direcionada às variações dos preços dos alimentos nos meses de agosto a novembro de 2025, assim como indica a atuação do Índice de Preço ao Consumidor (IPC) local. As evidências obtidas assinalam que a variação dos preços em agosto a setembro foram positivas e de setembro a novembro foram negativas. Diante desse contexto, infere-se que nos meses de agosto a setembro houve inflação na cesta básica de alimentos, ou seja, os preços subiram, e o contrário ocorreu nos meses seguintes, com uma deflação, isto é, a queda no nível de preços dos alimentos que compõem a cesta.

Palavras-Chave: Cesta básica de alimentos; Teoria do consumidor; Economia Comportamental; Inflação; Índice de Preços.

ABSTRACT

The present study aims to calculate and analyze the Consumer Price Index (CPI) of the basic food basket in Santarém (PA) for the period from August to November 2025, identifying trends, fluctuations, and impacts on the local cost of food. Accordingly, the guiding research question of this study is the following: how did the prices of basic food basket items behave in Santarém (PA) between August and November 2025, and what does this behavior reveal about the dynamics of the local Consumer Price Index (CPI)? The theoretical framework draws on microeconomic aspects related to consumer choice, such as consumer theory and behavioral economics. Consumer theory reflects neoclassical assumptions, including rationality, while behavioral economics integrates insights from economics and psychology, providing analyses more closely aligned with actual decision-making behavior in daily life. In addition, an overview of the main theories of inflation is included, which is relevant given the Brazilian historical context of ongoing efforts to combat inflationary pressures. The bibliographic research methodology identified the principal authors who discuss the topics addressed in this study. Moreover, the data collected through field research were crucial for answering the research question, which focuses on price variations of food items from August to November 2025, as well as on the behavior of the local Consumer Price Index (CPI). The evidence obtained indicates that price variation from August to September was positive, whereas from September to November it was negative. Given this context, it is inferred that during August and September there was inflation in the basic food basket—meaning prices increased—while the opposite occurred in the subsequent months, which experienced deflation, that is, a decline in the price level of the food items composing the basket.

Keywords: Basic food basket; Consumer theory; Behavioral economics; Inflation; Price index.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Resumo da Metodologia IPCA 36
Quadro 2 - Resumo da Metodologia da Cesta Básica de Alimentos - DIEESE 37
Quadro 3 - Relação dos Subgrupos de Alimentação – Geral.....41
Gráfico 1 - IPC Alimentação – Farinha de Mandioca e Tapioca (Agosto a Novembro 2025).... 52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Perfil das Despesas no Brasil e Região Norte (POF 2017-2018).....46
Tabela 2 - Maiores variações dos subgrupos Agosto a Novembro de 2025.....47
Tabela 3 - IPC Alimentação em Santarém Ago/Set 2025 48
Tabela 4 - IPC Alimentação em Santarém (Set/Out – Nov/Dez) 2025 49
Tabela 5 - Peso IPC – Setembro/2025.....50
Tabela 6 - Índice de Laspeyres Modificado 51
Tabela 7 - Taxa de Variação do Subgrupo Frutas Agosto a Novembro de 2025 51
Tabela 8 - IPC Alimentação – Subgrupo Pescado (Agosto a Novembro 2025).....53

LISTA DE SIGLAS

BCB	Banco Central do Brasil
BCE	Bacharelado em Ciências Econômicas
Copom	Comitê de Política Monetária
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
Fapespa	Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas
FSIs	Fatores Supostamente Irrelevantes
IPC	Índice de Preço ao Consumidor
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
LAINC	Laboratório de Inflação e Custo de Vida de Marabá
MBA	*Master of Business Administration*
Obessan	Observatório Socioeconômico de Santarém
PIB	Produto Interno Bruto
SEMDEC	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
Ufopa	Universidade Federal do Oeste do Pará
Unifesspa	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13
2 REFERENCIAL TEÓRICO 15
2.1 A Teoria do Consumidor 15
2.1.1 Uma Discussão sobre o Comportamento do Consumidor à luz da Teoria Microeconômica 15
2.1.2 A Formação de Preços dos Bens no Mercado: Uma Análise da Interação da Oferta e Demanda 18
2.2 Fundamentos da Economia Comportamental 21
2.2.1 Contabilidade Mental (Richard Thaler) 21
2.2.2 Identificação de Heurísticas e Vieses Cognitivos no Comportamento do Consumidor (Kahneman e Tversky) 25
2.3 A Relação entre Inflação e Custo da Cesta Básica de Alimentação 31
2.3.1 Dinâmica Inflacionária Brasileira: Uma Análise dos Tipos e Determinantes 31
2.3.2 Panorama dos Principais Índices de Preços da Economia Brasileira 35
2.3.3 Atuação do Observatório Socioeconômico de Santarém (Obessan) 38
3 METODOLOGIA 40
3.1 Delimitação da Pesquisa, Período Observado e Indicadores Utilizados 40
3.2 Metodologia de Cálculo do Custo da Cesta Básica de Alimentação 40
3.2.1 Cálculo do Intervalo de Confiança 41
3.2.2 Cálculo do Preço Médio 42
3.2.3 Cálculo da Variação dos Preços 42
3.2.4 Imputação dos Preços 43
3.2.5 Ponderações da Cesta Básica de Alimentos 43
3.2.6 Cálculo do IPC através do Índice de Laspeyres Modificado 44
4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS 45
5 CONCLUSÃO 55
REFERÊNCIAS 58

1 INTRODUÇÃO

As teorias econômicas refletem distintas interpretações do pensamento humano, elaboradas em diferentes contextos históricos e sociais sobre o funcionamento da economia. O desenvolvimento de estudos sobre a forma como os indivíduos tomam suas decisões sempre esteve no centro das análises econômicas, revelando a complexidade e as limitações de cada teoria. Essa busca pela compreensão do comportamento do consumidor não se limita às teorias, ela se concretiza na realidade com o desenvolvimento de instrumentos de políticas públicas para o enfrentamento de desafios da sociedade brasileira. Entre esses instrumentos, destaca-se a definição da cesta básica de alimentação, que traduz as necessidades nutricionais básicas de trabalhadores adultos assalariados (Garcia e Vasconcellos, 2019).

A cesta básica de alimentação está diretamente relacionada ao Decreto-Lei 399 de 30 de abril de 1938, que aprovou a lei n. 185, de 14 de janeiro de 1936, para instituir as Comissões de Salário Mínimo. Nesse contexto, o Estado, especificadamente, o Governo de Getúlio Vargas (1930-1945), apresentou, diante das insatisfações da classe trabalhadora, o vislumbre de uma solução. Assim, o salário mínimo tornou-se uma medida de efetivação do bem-estar social, o que causou implicações no direito à alimentação das pessoas. Dessa forma, a cesta básica alimentar representa as quantidades de alimentação que uma pessoa deve ingerir em contraposição aos preços desses alimento no mercado.

Nesse sentido, um importante aspecto dessa relação é a percepção de ganho ou perda do poder de compra sob o ponto de vista do consumidor. Como exemplo, a quantidade de horas necessárias para um trabalhador conseguir adquirir a cesta de alimentos é relevante e indica a capacidade ou incapacidade do salário mínimo comportar as necessidades básicas de alimentação para um indivíduo adulto. Desse modo, uma das dimensões que sobressaem é a macroeconômica, pois um dos indicadores que representam o aumento geral do nível de preços é a inflação. A partir dos índices de preços (IPC), calcula-se a inflação que incide sobre os bens e serviços de uma economia.

A autora, que em 2024 foi bolsista do projeto de pesquisa sobre inflação[1], plano de trabalho integrante do Observatório Socioeconômico de Santarém (Obessan), desenvolveu interesse pela dinâmica de interação entre os agentes econômicos, consumidores, produtores, mercado, especialmente aspectos relacionados a preço, oferta e demanda. Desse modo, o

[1] PORTELA, Bruna Soares. Construção de Índice de Inflação para o município de Santarém/Pará. Projeto de Pesquisa PVCS567-2022 – Observatório Socioeconômico de Santarém – OBESSAN. Orientadora: LEILA DE FÁTIMA DE OLIVEIRA MONTE. Universidade Federal do Oeste do Pará – Instituto de Ciências da Sociedade. PIBIC AF Sede 2023. Santarém, 2023-2024.

levantamento de dados, etapa prática da pesquisa de produtos da cesta básica em Santarém (PA), conduziu naturalmente à necessidade de reconhecer e compreender referenciais teóricos que ampliassem sua perspectiva sobre esses aspectos. Desse modo, o que constitui a questão problema no presente trabalho é: como se comportaram os preços dos alimentos da cesta básica em Santarém (PA) entre agosto e novembro de 2025, e o que esse comportamento revela sobre a dinâmica do Índice de Preço ao Consumidor (IPC) local?

O objetivo geral deste trabalho reside em calcular e analisar o IPC da cesta básica de alimentação em Santarém (PA) para o período de agosto a novembro de 2025, identificando tendências, oscilações e impactos sobre o custo alimentar local. Os objetivos específicos são quatro: 1) Examinar os referenciais teóricos referentes a teoria do consumidor, teoria comportamental e inflação; 2) Identificar os produtos que compõem a cesta básica de alimentação adotada no estudo e organizar as séries de preços coletadas no município de Santarém (PA); 3) Calcular a variação mensal dos preços dos alimentos da cesta básica entre agosto e novembro de 2025; 4) Identificar as variações mensais nos preços dos alimentos tradicionais da agricultura e pesca da região.

A metodologia desse trabalho inicia-se com uma pesquisa de bibliográfica voltada às das teorias do consumidor, à economia comportamental e às teorias da inflação que fornecem a base para a compreensão de aspectos microeconômicos e macroeconômicos acerca das relações entre consumidores, preços, mercados e governo. Em seguida, desenvolve-se uma pesquisa de campo de caráter quantitativo, realizada ao longo de quatro meses, com coleta de dados em estabelecimentos da cidade de Santarém. Esses dados foram organizados e tratados estatisticamente no *software* Microsoft Excel**,** possibilitando a construção do Índice de Preços ao Consumidor específico para o grupo de alimentação. A descrição completa está disponível no capítulo 3.

Este trabalho está estruturado em cinco capítulos: o primeiro introduz o assunto em questão; o segundo desenvolve o referencial teórico, contemplando a teoria do consumidor, a economia comportamental e as teorias da inflação; o terceiro capítulo descreve os procedimentos metodológicos adotados; o quarto capítulo apresenta os resultados obtidos e o quinto e último capítulo dedica-se à conclusão da presente pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O capítulo está dividido em três seções: a teoria do consumidor (2.1), fundamentos da economia comportamental (2.2) e a relação entre inflação e custo da cesta básica de alimentação (2.3). Na primeira seção discutiremos a teoria do consumidor, ressaltando os principais conceitos que circundam as escolhas dos consumidores. Já a segunda seção vai realçar a visão interdisciplinar da economia, ou seja, discutiremos a abordagem da economia comportamental sobre as decisões dos consumidores. Por último, a terceira seção dedica-se à análise das diversas teorias sobre a inflação, a importância dos índices de preços, bem como a apresentação do projeto de pesquisa do Observatório Socioeconômico de Santarém (Obessan), que constituiu o marco inicial para a elaboração deste trabalho.

2.1 A Teoria do Consumidor

2.1.1 Uma Discussão sobre o Comportamento do Consumidor à luz da Teoria Microeconômica

Tendo em vista o escopo teórico extenso da ciência econômica, o campo microeconômico é um dos grandes responsáveis pelo vasto rol de teorias, modelos e leis econômicas. Desse modo, a microeconomia é conceituada como sendo o estudo de como os indivíduos, famílias, empresas, governos, tomam suas decisões e quais são as motivações dessas escolhas. Logo, as limitações dos fatores de produção em contraste com as necessidades ilimitadas dos seres humanos em uma economia majoritariamente capitalista, apontam para a importância de escolhas humanas assertivas e eficientes.

Dessa maneira, a teoria microeconômica surgiu tendo como principal objetivo a construção de um pensamento econômico baseado em escolhas eficientes e, para isso, como afirmam Pindyck e Rubinfeld (2013), as teorias fornecem explicações de fenômenos a partir de simplificações e propõem regras básicas, reforçadas com modelos econômicos, que são complementados utilizando-se a estatística e a econometria.

De acordo com Garcia e Vasconcellos (2019), a partir da abordagem microeconômica, é possível acessar as principais explicações acerca dos preços praticados em uma economia de mercado. Desse modo, há pressupostos básicos que devem ser destacados e esclarecidos, como:

1) *Coeteris Paribus*, expressão do latim que significa, em português, tudo o mais constante. Esse termo assinala que a partir de determinada análise, fica realçado um mínimo de influência de outros fatores.

2) Princípio da racionalidade, que afirma que os agentes econômicos irão fazer suas escolhas com o objetivo de maximizá-las.

3) Os agentes econômicos dispõem de informação completa, ou seja, suas escolhas serão feitas tendo em vista um amplo conhecimento do mercado que se deseja comprar ou vender. Nesse sentido, o estudo da microeconomia constitui elemento indispensável às análises mercadológicas de equilíbrio entre oferta e demanda, formação de preços e tomada de decisão de consumidores e empresas.

Dessa forma, prosseguiremos, inicialmente, em compreender um dos conceitos propostos na origem da ciência econômica: a utilidade. Os economistas clássicos apresentavam a utilidade como a "medida da felicidade" Varian (2012, p. 56). Tendo em vista a modernização da teoria do consumidor ao longo dos anos, o conceito de utilidade está mais associado à descrição das preferências dos consumidores. Desse modo, a utilidade torna-se importante para ordenar quais cestas são mais úteis que outras, representando o aspecto ordinal da utilidade de cada cesta.

A teoria do consumidor, segundo Pindyck e Rubinfeld (2013), sugere que os consumidores têm preferências entre um produto a outro, e, em paralelo, sua renda os restringe de modo que suas escolhas sejam feitas para maximizar a utilidade. No mesmo sentido, Varian (2012), pontua que os consumidores irão adquirir a melhor cesta de bens que puderem. Logo, a discussão em economia, especificamente na teoria do consumidor, estará predominantemente vinculada à tomada de decisões, e, como afirma Mankiw (2013), há determinados princípios que sustentam a análise das decisões tomadas pelos consumidores.

Os consumidores enfrentam dilemas acerca de suas escolhas a respeito de determinados bens. Um dos princípios destacados por Mankiw (2013) é o *trade-off*, termo em inglês que, segundo o dicionário de Cambridge (2025), refere-se a compensação, ou seja, ao fazer uma determinada escolha isso implicará em negar as demais possibilidades que poderiam ser selecionadas para aquele determinado contexto. Em economia, o *trade-off* representa o conflito de escolhas, isto é, ao escolher determinado bem, estará automaticamente abrindo mão de outro que também desejamos. Um segundo princípio relacionado ao *trade-off* é o custo de oportunidade, que é conceituado da seguinte forma: "aquilo de que devemos abrir mão para obter algum item" Mankiw (2013, p. 6).

Ao afirmar que os consumidores dispõem de renda limitada, Pindyck e Rubinfeld (2013), evidenciam outro ponto importante da teoria do consumidor: a restrição orçamentária. Dessa forma, retornamos ao conceito de *trade-off:* diante de diversas opções de bens no mercado, os consumidores irão adquirir os produtos conforme sua renda, e implicitamente

estarão renunciando a outros de seu interesse. Nesse sentido, Varian (2012), aponta para uma questão relevante a respeito da restrição orçamentária: as variações na renda e nos preços influenciam diretamente o conjunto orçamentário, que são as cestas de bens que podem ser obtidas conforme os preços e a renda do consumidor.

Logo, examinaremos como as escolhas dos compradores revelam-se estar condicionadas à sua renda, o que implica em múltiplos efeitos e consequências observáveis em casos simplificados. Como exemplo, Mankiw (2013), aborda a escolha de um consumidor entre dois tipos de bens, no qual é possível obter diversas combinações, desde que limitados à sua renda, ou seja, esses arranjos serão determinados conforme a quantidade adquirida de cada bem e seu respectivo preço.

No entanto, a restrição orçamentária não é o único aspecto indispensável à teoria do consumidor, as preferências deste em relação aos bens constituem um elemento primordial de análise. Desse modo, as preferências serão associadas às suas escolhas, resultando em uma curva de indiferença, na qual diferentes combinações proporcionam o mesmo nível de satisfação. Essas substituições irão ocorrer de acordo com as características de cada bem.

Varian (2012), descreve os seguintes tipos de bens: substitutos perfeitos, complementares perfeitos, neutros, discretos, normais e inferiores. Os substitutos perfeitos serão permutados a uma taxa constante, ou seja, os consumidores sempre estarão dispostos a trocar uma unidade de um bem por uma quantidade fixa de outro bem. Os complementares perfeitos, são sempre consumidos juntos, desse modo, a escolha de um bem implica automaticamente na seleção do outro. Os bens neutros reforçam a ideia de irrelevância a respeito das quantidades de um determinado bem em relação a outro. Ademais, os bens discretos são explicados a partir de sua quantidade, ou seja, só deverão compor as cestas bens inteiros e não fracionados.

Os bens normais, por sua vez, demonstram que a demanda de um bem aumenta à medida que sua renda cresce, e, quando sua renda diminui, a demanda também reduz. No momento em que, apesar da renda aumentar, a demanda por aquele bem diminuir, temos o chamado bem inferior. Por outro lado, para todas as combinações existirão uma determinada quantidade que o consumidor estará disposto a trocar, ou seja, a depender do nível de consumo do bem x o consumidor estará mais ou menos disposto a adquirir mais quantidades do bem y, essa relação é mensurada pela taxa marginal de substituição. Assim, segundo Mankiw (2013), as curvas de indiferença irão assinalar as substituições que farão mais sentido para o consumidor a depender de sua dificuldade em substituir um bem por outro.

Vejamos as interpretações de dois autores a respeito da restrição orçamentária e da taxa marginal de substituição. Como afirma Mankiw (2013, p. 416, 418): “a restrição orçamentária é o limite das combinações de consumo de bens que o consumidor pode adquirir e a taxa marginal de substituição é a taxa à qual um consumidor está disposto a trocar um bem por outro”. De acordo com Varian (2012, p. 22, 50):

> A restrição orçamentária do consumidor requer que a quantidade de dinheiro gasta nos dois bens não exceda a quantidade total de dinheiro que o consumidor dispõe para gastar. O nome (taxa marginal de substituição) provém do fato de que a TMS mede a taxa à qual o consumidor está propenso a substituir um bem por outro.

Portanto, os autores em questão abordam a restrição orçamentária a partir da escolha limitada que o consumidor estará condicionado, implicando em cestas de bens que contenham suas preferências e, além disso, que sejam condizentes com a sua renda. Por outro lado, a taxa marginal de substituição representa, para os autores, a propensão dos consumidores a trocar um bem por outro, otimizada por combinações que entreguem o mesmo nível de satisfação.

No próximo tópico será analisado a interação entre oferta e demanda que sustentam a teoria do consumidor na microeconomia, fornecendo os fundamentos que subsidiarão as escolhas tanto dos consumidores quanto das firmas, assimilando dois fatores importantes que quando dialogam tornam-se primordiais às discussões em uma economia de mercado: preço e quantidade.

2.1.2 A Formação de Preços dos Bens no Mercado: Uma Análise da Interação da Oferta e Demanda

A abordagem microeconômica, através do mecanismo de oferta e demanda, oferece-nos explicações a respeito da “quantidade produzida de cada bem e o preço pelo qual o bem será vendido” (Mankiw, 2013, p. 63). Assim, em uma economia de mercado, oferta e demanda conduzem o consumidor a alocar seus recursos na cesta de bens que melhor o satisfaz. De acordo com Mankiw (2013), para verificarmos a quantidade demandada de um bem - que corresponde a porção que o consumidor irá adquirir - o elemento central dessa análise é o preço.

Desse modo, a demanda de um bem é satisfeita quando mantemos todos os demais fatores constantes e observamos apenas como o consumidor se comporta com relação a variação dos preços e de suas quantidades, ou seja, esse fenômeno é conhecido como de lei da demanda que, em outras palavras, afirma que quando houver uma queda dos preços de um bem, haverá uma maior demanda por ele, bem como, um aumento dos preços surtirá um efeito contrário que

é a diminuição da demanda. Em paralelo, a curva de preço-consumo está para a curva de demanda. Desse modo, a curva preço-consumo é uma representação das combinações ótimas de dois bens, quando o preço de um bem varia, mantendo o preço do outro bem e a renda fixos (Varian, 2012).

De outro modo, a demanda pode ser analisada a partir de modificações na renda, mantidos os preços constantes dos bens a serem analisados, através da curva de Engel. Logo, a curva de Engel é analisada da seguinte forma:

> Se mantivermos fixos os preços dos bens 1 e 2 e observarmos como a demanda varia à medida que a renda varia, geraremos uma curva chamada de curva de Engel. A curva de Engel é um gráfico da demanda de um dos bens como função da renda, com os preços constantes (Varian, 2012, p. 103).

A curva renda-consumo está para curva de Engel, assim como a curva preço-consumo está para a curva de demanda. Consequentemente, ela assinala as combinações das cestas de bens que melhor atendem os consumidores, em virtude das variações na renda (Varian, 2012).

Além disso, há diversas variáveis que podem impactar a curva de demanda, isto é, deslocar a curva de forma que evidencie as escolhas dos consumidores referente àquele bem. Logo, de acordo com Mankiw (2013), a renda constitui uma das variáveis que afetam a demanda. Quando o consumidor dispõe de uma renda menor, a maioria dos bens deixam de ser consumidos, ou seja, são eliminados da cesta do consumidor. No entanto, isso não ocorre com todos os bens. Alguns, como citado anteriormente, são chamados de bens inferiores, pois se comportam de modo oposto aos bens normais: quando a renda aumenta seu consumo diminui.

Outra variável relacionada a curva de demanda são os preços de bens associados, conforme Mankiw (2013), existindo um bem substituto a diminuição do preço de um bem ocasionará a diminuição da demanda do outro. De outra forma, se tratando de um bem complementar, a diminuição do preço de um bem pode elevar a demanda de outro. A terceira variável são os gostos, pois, os consumidores irão adquirir os bens de acordo com suas preferências. Assim como, as expectativas em relação ao futuro estarão ligadas ao consumo de bens no presente e influenciarão a demanda.

Há dois tipos de efeitos que se propagam a partir de uma variação no preço de um bem: efeito substituição e efeito renda. Esses efeitos relacionam-se com a demanda de um bem. Como destacam Pindyck e Rubinfeld (2013), o efeito substituição ocorre quando a partir de uma variação no preço dos alimentos, a demanda por eles muda, no entanto, sua satisfação permanece a mesma. Ainda, quando há uma modificação no preço de um bem, o efeito

substituição “é a variação na demanda devido à variação da taxa à qual os dois bens são trocados” (Varian, 2012, p. 143).

Por outro lado, o efeito renda, segundo Pindyck e Rubinfeld (2013), mostra-nos que uma variação na renda ocasionará uma alteração na demanda. Desse modo, com a queda do preço de um produto o poder de compra aumenta. Contudo, a depender do tipo de bem - normal ou inferior - a demanda poderá aumentar ou diminuir. De outro modo, destacam-se os bens de Giffen, que comportam-se de maneira diversa: a redução no preço leva a uma queda na demanda, bem como o aumento do preço provoca uma maior procura. São também conceituados como “(...) bens inferiores para os quais o efeito renda domina o efeito substituição" Mankiw (2013, p. 429).

De modo análogo, a curva de oferta será analisada do ponto de vista do produtor, ou seja, “é a quantidade de bens que os produtores querem e podem vender” (Mankiw, 2013, p. 71). Dessa forma, a curva de oferta depende de fatores que satisfazem os produtores em uma economia de mercado, ou seja, a estratégia será a maximização dos lucros, isto é, quando os preços de um bem estiverem altos, a quantidade ofertada também seguirá alta, esse efeito diretamente proporcional é denominado de lei da oferta. Ao analisarmos a curva de oferta, segundo Varian (2012), o preço e a quantidade de produção são fatores fundamentais para o produtor. Logo, as ofertas de bens no mercado dependerão de algumas restrições que cercam a análise microeconômica da oferta, como: “restrições tecnológicas, restrições econômicas e restrição de mercado" (Varian, 2012, p. 419).

Essas limitações subsidiarão as escolhas dos fornecedores dos bens, ou seja, a quantidade de produtos que irão ser comercializados. À vista disso, segundo Varian (2012), conceituaremos as três restrições: 1) restrições tecnológicas: são impostas pela função produção, ou seja, estão relacionadas aos insumos e a produção; 2) restrições econômicas: advindas da primeira restrição, são demonstradas pela função custo; 3) restrição de mercado: assinala qual preço irá atrair uma maior demanda por aquele bem produzido. Aprofundando essa análise, há outros fatores que irão afetar a oferta. Assim, os custos de produção estarão diretamente ligados à quantidade que os produtores irão colocar no mercado à disposição dos consumidores. Os custos envolvidos serão, entre outros: “salários, taxa de juros e o custo das matérias-primas” (Pindyck e Rubinfeld, 2013, p. 23).

Ao relacionarmos as duas curvas, de oferta e demanda, combinamos consumidor e ofertante de modo que as explicações acerca das quantidades e dos preços sejam completas. Na agregação das curvas, segundo Pindyck e Rubinfeld (2013), há um ponto convergente que demonstra o equilíbrio de mercado, que é composto por preço de equilíbrio e quantidade de

equilíbrio. Ou seja, nesse caso, tanto ofertantes quanto demandantes estarão satisfeitos, e se propõem a de um lado comprar, e de outro vender por certo preço e a uma dada quantidade.

Para chegar a esse ponto, como afirmam Pindyck e Rubinfeld (2013), é necessário, antes, entendermos que duas situações podem ocorrer: o preço de mercado estar acima do preço de equilíbrio, resultando em um excesso de oferta, isto é, será mais vantajoso vender do que comprar, e de outra forma, o preço de mercado estar abaixo do preço de equilíbrio, ocasionando um excesso de demanda, de modo que os compradores estarão ávidos a comprar por esse preço e por isso não comprarão tudo que desejarem. Logo, os movimentos ao longo da curva de oferta e demanda vão em direção ao preço e quantidade de equilíbrio entre demandantes e ofertantes.

Portanto, a teoria do consumidor, que em sua essência é a teoria das escolhas, é relevante ao abordar princípios e modelos que explicam o comportamento do consumidor em uma economia de mercado, suas limitações irão ser complementadas por outras teorias modernas, combinando economia com diversas áreas do conhecimento humano, como abordaremos na próxima seção deste capítulo a economia comportamental, que emerge com seus princípios a partir de uma integração entre economia e psicologia.

2.2 Fundamentos da Economia Comportamental

2.2.1 Contabilidade Mental (Richard Thaler)

No âmbito da economia comportamental as decisões humanas são consideradas sob a égide do campo psicológico. Desse modo, abordaremos como a economia comportamental diverge da teoria econômica tradicional e assinala um novo caminho de análise das decisões humanas. Dessa forma, Richard H. Thaler, em sua obra intitulada: *Misbehaving*[2]*: A construção da economia comportamental*[3] explora a não linearidade das escolhas humanas e enfatiza como o campo psicológico aliado à economia evidência o contraste entre economia comportamental e os pressupostos neoclássicos. a\

Por conseguinte, o autor distingue os modelos utilizados na teoria convencional e comportamental. A diferença reside nas seguintes observações: o *Homo economicus* procura tomar suas decisões de modo racional, ou seja, estão sempre otimizando suas preferências, e são capazes de tomar as melhores decisões. Do contrário, o *Homo sapiens* nem sempre sustenta

[2] O conceito de *misbehaving* refere-se a desvios no comportamento dos seres humanos, conforme apresentado por Thaler (2019).
[3] No original: *Misbehaving: The Making Of Behavioral Economics.*

suas decisões com base em suas preferências e com frequência desviam-se dos padrões racionais da teoria econômica:

> Em comparação com esse mundo imaginário de Econs, os Humanos incidem em vários desvios, e isso significa que os modelos econômicos fazem uma porção de previsões ruins, que podem ter consequências muito mais sérias do que aborrecer um grupo de estudantes (Thaler, 2019, p. 19).

Algumas premissas da economia são incapazes de sobreviver ao fato de que os seres humanos não são seres racionais, que estão sempre pensando em maximizar a utilidade. Desta forma, para Thaler (2019), a otimização e o equilíbrio são dois pressupostos que sustentam a análise econômica e, assim, culminam na imprecisão do comportamento dos seres humanos na realidade:

> Existe, no entanto, um problema: as premissas sobre as quais a teoria econômica se fundamenta são falhas. Em primeiro lugar, os problemas de otimização que as pessoas comuns enfrentam são muitas vezes difíceis demais para que elas os resolvam ou sequer cheguem perto de resolver. (...) Em segundo lugar, as crenças a partir das quais as pessoas fazem suas escolhas não deixam de ser enviesadas. (...) Terceiro: há muitos fatores que o modelo de otimização deixa de fora (...). Em um mundo de Econs, há uma longa lista de coisas que são supostamente irrelevantes (Thaler, 2019, p. 20).

A economia comportamental propõe uma nova visão acerca de como são deliberadas as decisões que cercam a vida dos indivíduos, empresas ou instituições. Concomitante a isso, Thaler (2019) demonstra que, embora a teoria econômica descreva a realidade de forma imprecisa, ela acabou servindo de base para o desenvolvimento de outras teorias mais consistentes e fincadas na realidade:

> Precisamos de uma abordagem enriquecida para fazer pesquisas econômicas, uma abordagem que reconheça a existência e relevância dos Humanos. A boa notícia é que não precisamos jogar fora tudo que sabemos acerca do funcionamento de economias e mercados. Teorias baseadas na premissa de que todo mundo é um Econ não devem ser descartadas. Elas continuam sendo úteis como ponto de partida para modelos mais realistas (Thaler, 2019, p. 21).

Iniciaremos a análise dos fatores supostamente irrelevantes (FSIs), que segundo Thaler (2019), são aspectos desviantes que circundam o comportamento humano sobre as suas escolhas. A quantidade de FSIs é tão expressiva que Richard H. Thaler apresenta uma lista com vários comportamentos fora do padrão econômico tradicional. Entre os itens dessa lista, destaca-se primeiramente o efeito posse, que revela os indícios teóricos que levaram Richard H. Thaler a perceber padrões incomuns, no entanto, bastante frequente no comportamento humano. Logo, o efeito posse consiste na tendência de que "(...) as pessoas valorizam mais as coisas que já faziam parte de suas posses do que coisas que tinham apenas o potencial para isso, ou seja, acessíveis, mas não possuídas" (Thaler, 2019, p. 32).

O conceito central da teoria do consumidor, e que evidencia sua insuficiência diante da complexidade das decisões humanas, é a racionalidade. Esse princípio tão aclamado na microeconomia, compreende como os indivíduos tomam decisões de forma lógica e consistente, buscando sempre maximizar a utilidade. De acordo com Thaler (2019), um dos pioneiros da economia comportamental foi Herbert Simon (1916-2001)[4], responsável por desenvolver em suas pesquisas acadêmicas o conceito de racionalidade limitada. Desse modo "(...) Simon indicava a carência da capacidade cognitiva para resolver problemas complexos, o que obviamente é verdade" (Thaler, 2019, p. 37).

Partimos para a compreensão sobre "Como as pessoas pensam em dinheiro?" (Thaler, 2019, p. 69). Esse entendimento revela a divergência que há entre a teoria do consumidor e o que Thaler (2019) intitula de "Contabilidade Mental". Desse modo, um dos aspectos centrais da análise da teoria do consumidor é o custo de oportunidade. Para todos os efeitos, são alternativas que poderiam ser acessadas, porém não são, devido a escolha feita. Para Thaler (2019), esse conceito - na prática - não é utilizado pelos indivíduos no momento de tomar decisões. Para ilustrar essa ideia, o autor apresenta o seguinte exemplo:

> Se você entende os custos de oportunidade e tem um ingresso para um jogo que poderia revender por US$1.000,00, não importa quanto você pagou pelo ingresso. O custo de ir ao jogo é o que você poderia fazer com esses US$1.000,00. Você só deve ir ao jogo se esse for o melhor uso possível do dinheiro (Thaler, 2019, p. 71).

Ou seja, segundo a teoria econômica, refletir sobre o custo de oportunidade seria a forma mais eficiente de como os seres humanos deveriam tomar suas decisões. No entanto, o que ocorre na realidade é muito diferente. Esse não é o caminho cognitivo trilhado pelos indivíduos, já que pensar em todas as possibilidades de uso ótimo é demasiadamente complexo.

Para investigar os fatores que influenciam o processo decisório dos consumidores, Thaler (2019) inicia entrevistas com moradores da classe média-baixa, justificando que "as decisões de gastos são muito mais importantes quando se tem um orçamento limitado" (p. 72).

Nesse contexto, a utilidade de transação, um conceito apresentado por Thaler (2019), refere-se à "qualidade percebida no negócio" (p. 73). Ao questionar os indivíduos sobre a aquisição de um determinado bem, o local onde ele é comercializado exerce influência significativa sobre as escolhas de consumo. Logo, pagar mais caro em um local requintado é mais viável para os Humanos do que comprar em um estabelecimento simples. Desse modo "Econs não vivenciam utilidade de transação. Para eles, o local da aquisição é outro fator

[4] Ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1978.

supostamente irrelevante (FSI). Não que os Econs sejam imunes a pechinchas" (Thaler, 2019, p. 74).

Outro conceito abordado por Thaler (2019) dentro da contabilidade mental é o dos custos afundados, que revelam como as pessoas são propensas a tentar de algum modo recuperar perdas irrecuperáveis. No modelo econômico tradicional, os economistas contam com o fato de que as pessoas são racionais o suficiente para que as decisões passadas não afetem as decisões futuras, ou seja, uma perda no passado - na teoria - não deveria ser relevante para influenciar as próximas escolhas. Vejamos um exemplo envolvendo a compra de sapatos:

> Da mesma maneira, quanto mais você usa uma coisa pela qual pagou, melhor se sente em relação à transação. Eis aqui um experimento mental. Você compra um par de sapatos, talvez porque estivesse em oferta. Ainda que fossem caros, você não podia deixar passar essa utilidade de transação. Um dia você calça os sapatos orgulhosamente para ir trabalhar e, na hora do almoço, seus pés estão machucados. Depois que seus pés ficam curados, você experimenta os sapatos outra vez, só para uma saída à noite, mas os seus pés voltam a doer. Duas perguntas: admitindo que os sapatos nunca se tornem confortáveis, quantas vezes mais você tentará calçá-los antes de desistir? E, depois que parou de usá-los, quantos tempo ficarão no fundo do seu armário antes de você jogá-los fora ou doá-los para alguma instituição de caridade? Se você é como a maioria das pessoas, as respostas dependem de quanto você pagou pelos sapatos. Quanto mais você pagou, mais dor suportará até parar de usá-los e mais tempo eles ocuparão espaço no seu armário (Thaler, 2019, p. 80).

Prosseguindo, Thaler (2019), aborda o comportamento que as famílias costumam ter ao lidar com dinheiro e seus respectivos orçamentos. Para a economia tradicional, a principal característica do dinheiro é sua capacidade de ser fungível, isto é, se um produto estiver mais barato, o dinheiro que sobrou desse orçamento pode ser usado para adquirir qualquer outro tipo de bem – sem a destinação exclusiva a determinada categoria de consumo. No entanto, o que a maioria das famílias fazem é dividir seus gastos conforme a categorias das despesas, sem deixar margem para outro tipo de gasto:

> O dinheiro deveria ser gasto da maneira que melhor servisse aos interesses da organização ou do lar; se esses interesses mudam, devemos ignorar os rótulos que foram atribuídos aos vários potes de dinheiro. Mas não fazemos isso. Rótulos são FSIs (Thaler, 2019, p. 89).

Outra descoberta relacionada aos orçamentos feita pelos psicólogos Chip Heath e Jack Soll diz respeito à rigidez das regras com relação ao planejamento financeiro, ou seja, à medida que aumentam os recursos disponíveis no orçamento, as regras tendem a se tornar menos definidas. Como observa Thaler (2019, p. 89), "(...) a maioria dos estudantes de MBA[5] tinham orçamentos semanais para comida e diversão e orçamentos mensais para roupas. Uma

[5] *Master in Business Administration*, que pode ser traduzida para o português como Mestre em Administração de Empresas.

vez graduados e começando a ganhar mais, as regras provavelmente ficaram menos específicas".

Portanto, a economia comportamental consolidou sua posição ao longo dos anos ao integrar as premissas econômicas aos estudos da psicologia, evidenciando as contradições que a teoria econômica tradicional apresenta em relação às decisões reais tomadas pelos indivíduos. Os desvios comportamentais citados nessa seção fornecem descrições das situações concretas dos seres humanos referente às ações cotidianas. Nesse sentido, apresentar estudos científicos que analisam esses desvios a partir de investigações realizadas por psicólogos e economistas agregam avanços no entendimento do ser humano enquanto consumidor.

No tópico seguinte, abordaremos algumas heurísticas e vieses cognitivos que se originaram da interação de Daniel Kahneman e Amos Tversky – pesquisadores pioneiros no desenvolvimento da economia comportamental. Eles construíram um campo de estudos associando duas ciências: psicologia e economia, direcionando suas análises para a compreensão do comportamento humano enquanto agente econômico e social.

2.2.2 Identificação de Heurísticas e Vieses Cognitivos no Comportamento do Consumidor (Kahneman e Tversky)

Daniel Kahneman (1934-2024) e Amos Tversky (1937-1996), ambos psicólogos israelenses, uniram-se no ano de 1969 para direcionar seus esforços acadêmicos e científicos para o estudo do comportamento humano. Suas percepções contribuíram para uma área relativamente afastada da psicologia, a economia. Nesse contexto, a economia comportamental desaguou em relevantes estudos e experimentos que contestavam a economia tradicional (Sbicca 2014). Suas contribuições produziram grandes debates e impulsionaram a ascensão de um novo ramo da economia. Em 2002, após 33 anos do início dessa colaboração, Daniel Kahneman foi laureado com o Prêmio Nobel em Economia[6].

Em seu livro *Rápido e Devagar: Duas Formas de Pensar*[7], publicado no Brasil em 2012, Kahneman introduz dois sistemas mentais que conduzem o comportamento humano influenciando suas decisões: o Sistema 1 e o Sistema 2. Dessa forma, os dois sistemas são exatamente opostos entre si. O Sistema 1 é aquele que não necessita de grandes esforços para empregá-lo. Para exemplificar o funcionamento do Sistema 1, (Kahneman, 2012, p. 27) aborda os seguintes cenários:

[6] Infelizmente, Amos Tversky faleceu em 1996, e não pôde dividir o prêmio com seu amigo Daniel Kahneman.
[7] No original: *Thinking, Fast and Slow.*

> • Detectar que um objeto está mais distante que outro.
> • Orientar em relação à fonte de um som repentino.
> • Completar a expressão "pão com…"
> • Fazer "cara de aversão" ao ver uma foto horrível.
> • Detectar hostilidade em uma voz. • Responder 2 + 2 = ?
> • Ler palavras em grandes cartazes.
> • Dirigir um carro por uma rua vazia.
> • Encontrar um movimento decisivo no xadrez (se você for um mestre enxadrista).
> • Compreender sentenças simples.
> • Reconhecer que uma "índole dócil e organizada com paixão pelo detalhe" se assemelha a um estereótipo ocupacional.

Por conseguinte, o Sistema 2 é voltado a uma diversidade de questões complexas e depende de duas particularidades que, segundo Kahneman (2012, p. 27), "(...) exigem atenção e são interrompidas quando a atenção é desviada". Em vista disso, Kahneman (2012, p. 28), lista algumas situações envolvendo o sistema 2:

> • Manter-se no lugar para o tiro de largada numa corrida.
> • Concentrar a atenção nos palhaços do circo.
> • Concentrar-se na voz de determinada pessoa em uma sala cheia e barulhenta.
> • Procurar uma mulher de cabelos brancos.
> • Sondar a memória para identificar um som surpreendente.
> • Manter uma velocidade de caminhada mais rápida do que o natural para você.
> • Monitorar a conveniência de seu comportamento numa situação social.
> • Contar as ocorrências da letra *a* numa página de texto.
> • Dizer a alguém seu número de telefone.
> • Estacionar numa vaga apertada (para a maioria das pessoas, exceto manobristas de garagem).
> • Comparar duas máquinas de lavar roupa em relação ao valor global.
> • Preencher um formulário de imposto.
> • Verificar a validade de um argumento lógico complexo.

Desse modo, os dois sistemas se complementam: o sistema 1 proporciona bom repertório, enquanto o Sistema 2 irá ser acessado para situações que exijam mais esforço mental. Logo, apesar dos dois sistemas apresentarem diferentes características, ambos seguem um curso simultâneo e interligado, como aponta Kahneman (2012, p. 29):

> O Sistema 2 é mobilizado quando surge uma questão para a qual o Sistema 1 não oferece uma resposta, como provavelmente aconteceu com você quando se viu diante do problema de multiplicação 17 x 24. Você também pode sentir uma sobrecarga de atenção consciente sempre que fica surpreso. O Sistema 2 é ativado quando se detecta um evento que viola o modelo do mundo mantido pelo Sistema 1.

Prosseguindo, Kahneman (2012), aponta certos dilemas comportamentais, que denomina de heurísticas e vieses. No artigo *Julgamento sob Incerteza: Heurísticas e Vieses*[8] de 1974, publicado por Daniel Kahneman e Amos Tversky, os autores caracterizam os vieses como

[8] Originalmente: *Judgment under Uncertainty: Heuristics and Biases.*

condutas equivocadas que decorrem das heurísticas, que, por sua vez, são comportamentos comuns que costumam conduzir os indivíduos a erros, ou seja:

> As pessoas dependem de um número limitado de princípios heurísticos, que reduzem as tarefas complexas de avaliar probabilidades e prever valores a operações de julgamento mais simples. Em geral, essas heurísticas são bastante úteis, mas às vezes levam a erros graves e sistemáticos (Kahneman; Tversky, 1974, p. 1124).

A exemplo das heurísticas, Kahneman (2012), desenvolve o efeito ancoragem. Essa heurística representa como as escolhas dos indivíduos estão ancoradas em determinadas informações dissociadas da verdadeira explicação. Como aborda Kahneman (2012, p. 131):

> Não fomos os primeiros a observar os efeitos de âncoras, mas nosso experimento foi a primeira demonstração de seu disparate: os julgamentos das pessoas eram influenciados por um número obviamente não informativo. Não havia como descrever o efeito de ancoragem de uma roda da fortuna como algo razoável. Amos e eu publicamos as conclusões de nosso experimento na Science, e é uma das descobertas mais conhecidas que relatamos ali.

Logo, mesmo as decisões humanas, ainda que sejam práticas, podem ser influenciadas por informações que atuam como âncoras, especialmente em contextos que envolvem valores e negociações. Além disso, como parte de manipulação por parte dos varejistas, a combinação entre preços e o racionamento tornam os consumidores mais propensos a comprar uma maior quantidade de produtos, como mencionado na seguinte pesquisa:

> Efeitos de ancoragem explicam por que, por exemplo, o racionamento arbitrário é uma manobra de marketing eficaz. Anos atrás, clientes de supermercado em Sioux City, Iowa, se depararam com uma promoção de vendas para a sopa Campbell's cerca de 10% abaixo do preço normal. Em alguns dias, o cartaz anunciava LIMITE DE 12 POR PESSOA. Em outros, dizia SEM LIMITE POR PESSOA. Os clientes compraram uma média de sete latas quando o limite vigorava, o dobro do que compravam quando o limite era retirado. Ancoragem não é a única explicação. O racionamento implica também que os produtos estão sumindo das prateleiras, e que os clientes devem sentir alguma urgência de estocar. Mas sabemos também que a menção de 12 latas como compra possível resultaria em ancoragem mesmo que o número fosse produzido por uma roleta (Kahneman, 2012, p. 137).

Outra heurística apresentada é a da disponibilidade, que se refere à tendência de julgarmos determinado evento com base na frequência de situações que nos vêm à mente, em vez de fundamentar as ocorrências em probabilidades estatísticas (Dos Santos Ferreira, 2012). De acordo com Kahneman (2012, p. 148), essa heurística pode desencadear diversos vieses cognitivos, como ocorre nas seguintes situações:

> "Devido à coincidência do choque entre dois aviões no mês passado, ela agora prefere pegar trem. Isso é idiotice. O risco não mudou de verdade; é um viés de disponibilidade."

> "Ele subestima os riscos da qualidade do ar interior (QAI) porque a mídia quase não noticia o assunto. Isso é um efeito de disponibilidade. Ele deveria olhar para as estatísticas.
> "Ela anda assistindo a muitos filmes de espionagem ultimamente, então tem visto conspirações por toda parte."
> "A diretora executiva acertou em cheio várias vezes seguidas, então o fracasso não é algo que passa facilmente por sua cabeça. O viés de disponibilidade a está deixando super confiante."

A terceira heurística representa como os indivíduos fazem seus julgamentos baseados em representatividade e não por meio estatísticos como a taxa-base. Kahneman (2012, p. 161), conceitua a taxa-base ilustrando do seguinte modo: "Para decidir se uma bolinha tem maior probabilidade de ser verde ou vermelha, você precisa saber quantas bolinhas de cada cor há no vaso. A proporção de bolinhas de um tipo particular é chamada de taxa-base (*base rate*)". Essa proporção é exatamente o que as pessoas ignoram quando há uma informação que, para elas, é mais representativa com o que está sendo apresentado. Essa heurística pode ser verdadeira em muitas situações, como por exemplo:

> • Na maior parte das ocasiões, pessoas que agem amigavelmente são de fato amigáveis.
> • Um atleta profissional que é muito alto e magro tem muito maior probabilidade de jogar basquete do que futebol americano.
> • Pessoas com doutorado têm maior probabilidade de assinar o New York Times do que pessoas que apenas completaram o ensino médio.
> • Homens jovens apresentam maior probabilidade de dirigir agressivamente do que mulheres velhas (Kahneman, 2012, p. 165).

No entanto, como afirma Kahneman (2012), a heurística da representatividade pode fornecer grandes falhas nos julgamentos dos indivíduos. O primeiro grande erro é quando os indivíduos fazem previsões equivocadas, ou seja, ao avaliar determinadas situações pela heurística da representatividade, podemos afirmar algo sobre o objeto que não é verdadeiro ou não é condizente. Além disso, um segundo erro é que, mesmo quando as informações fornecidas são pouco fiéis à realidade, as pessoas tendem a aceitá-las como verdadeiras e a formar julgamentos com base nessas informações, ainda que o mais viável seja desconsiderá-las.

Para Amos e Kahneman, seu interesse em associar a economia e a psicologia foi justamente a grande diferença em suas visões sobre o comportamento humano na tomada de decisões. Suas contribuições revelaram essas diferenças e os levaram a contrapô-las em razão de suas descobertas e experiências psicológicas. Para isso, evidenciaram as seguintes questões:

> Para um psicólogo, é evidente que as pessoas não são nem completamente racionais, nem completamente egoístas, e que seus gostos podem ser tudo, menos estáveis. Nossas duas disciplinas pareciam estar estudando diferentes espécies, que o economista comportamental Richard Thaler depois batizou de Econs e Humanos (Kahneman, 2012, p. 287).

A proposta de analisar as decisões humanas em situações de risco teve como ponto de partida a teoria da utilidade esperada, com diferenças pontuais em seus princípios. A essa teoria denominaram de Teoria do Prospecto[9]. Desse modo, a teoria econômica tradicional ergueria a racionalidade humana como ponto central de suas análises, sem questionar as complexidades das ações humanas em seus diversos graus de incoerências, como assinala o autor:

> Os economistas adotaram a teoria da utilidade esperada fazendo-a cumprir um papel duplo: como lógica que prescreve como as decisões devem ser tomadas e como uma descrição de como os Econs fazem suas escolhas. Amos e eu, porém, éramos psicólogos e queríamos compreender como os Humanos de fato fazem escolhas arriscadas sem presumir nada acerca da racionalidade delas (Kahneman, 2012, p. 288).

Avaliando as escolhas dos indivíduos em relação ao risco que decidem tomar, um estudo feito por Bernoulli, citado por Kahneman (2012), argumenta que as pessoas não estão dispostas a se arriscar, desse modo, escolhem a opção que lhes dêem uma maior certeza de ganho. Logo, Kahneman (2012), descreve a utilidade esperada de Bernoulli:

> O ensaio de Bernoulli é um prodígio de brilho e concisão. Ele aplicou seu novo conceito de utilidade esperada (que chamou de "expectativa moral") para calcular quanto um mercador em São Petersburgo estaria disposto a pagar para fazer o seguro de um carregamento de temperos proveniente de Amsterdã se "ele está plenamente ciente do fato de que, nessa época do ano, de cada cem navios que zarpam de Amsterdã para São Petersburgo, cinco normalmente se perdem". Sua função de utilidade explicou por que gente pobre compra seguros e por que gente mais rica os vende para elas. Como você pode ver na tabela, a perda de um milhão causa uma perda de 4 pontos de utilidade (de cem a 96) para alguém que possui 10 milhões e uma perda muito maior de 18 pontos (de 48 a trinta) para alguém que começa com 3 milhões. O homem mais pobre de bom grado pagará um ágio para transferir o risco para o mais rico, e é disso que se trata um seguro. Bernoulli ofereceu também uma solução para o famoso "paradoxo de São Petersburgo4 ", em que pessoas a quem se oferece uma aposta que tem infinito valor esperado (em ducados) estão dispostas a gastar apenas alguns ducados por ela. O mais impressionante é que sua análise de atitudes de risco em termos de preferências por riqueza sobreviveu ao teste do tempo: ela continua atual na análise econômica quase trezentos anos depois (Kahneman, 2012, p. 292).

Embora a Teoria da Utilidade Esperada tenha permanecido por muito tempo sendo considerada válida, há equívocos evidentes que foram ignorados ou sequer chegaram a ser contestados. Nesse contexto, Kahneman (2012, p. 294), apresenta sua perplexidade diante da facilidade com que tantos estudiosos chegaram a concordar com tal perspectiva:

> O mistério é entender como uma concepção da utilidade de resultados que é vulnerável a contra exemplos tão óbvios sobreviveu por tanto tempo. Só posso explicar isso por uma fraqueza da mente do estudioso que tantas vezes observei em mim mesmo. Chamo isso de cegueira induzida pela teoria: uma vez você tendo aceito uma teoria e a utilizado como ferramenta em seu pensamento, é extraordinariamente difícil notar suas falhas. Se você se depara com uma observação que não parece se

[9] No original: *Prospect Theory.*

> adequar ao modelo, presume que deve haver uma explicação perfeitamente boa que está de algum modo deixando escapar. Você dá à teoria o benefício da dúvida, confiando na comunidade de especialistas que a aceitou. Muitos estudiosos sem dúvida pensaram em algum momento ou outro em histórias como a de Anthony e Betty, ou Jack e Jill, e casualmente notaram que essas histórias não batem com a teoria da utilidade. Mas não foram atrás da ideia a ponto de dizer: "Esta teoria está gravemente errada, pois ignora o fato de que a utilidade depende do histórico pessoal de riqueza, não só da riqueza presente." Como observou o psicólogo Daniel Gilbert, desacreditar é um trabalho árduo, e o Sistema 2 se cansa facilmente.

O contexto da formulação da Teoria do Prospecto, foi justamente as contradições observadas no comportamento dos indivíduos em relação ao risco, que não eram adequadamente explicadas pela Teoria da Utilidade Esperada de Bernoulli. Amos e Kahneman, aplicaram vários experimentos por meio de perguntas referentes ao risco. Desse modo, Amos e Kahneman conseguiram chegar a uma nova descoberta:

> Você sabe alguma coisa sobre suas preferências que teóricos da utilidade não sabem — que suas atitudes em relação ao risco não seriam diferentes se o seu patrimônio líquido fosse mais alto ou mais baixo em alguns milhares de dólares (a menos que você seja terrivelmente pobre). E você sabe também que suas atitudes com ganhos e perdas não são derivadas da avaliação de sua riqueza. O motivo para você gostar da ideia de ganhar cem dólares e não gostar da ideia de perder cem dólares não é que essas quantias mudam sua riqueza. Você simplesmente gosta de ganhar e não gosta de perder — e quase certamente não gosta de perder mais do que gosta de ganhar (Kahneman, 2012, p. 299).

Considerando que a Teoria de Utilidade Esperada de Bernoulli não satisfaz em muitos aspectos a realidade da conduta das pessoas, Kahneman (2012, p. 300) enfatiza seus aspectos falhos e desenvolve a Teoria da Perspectiva:

> Os quatro problemas enfatizam a fraqueza do modelo de Bernoulli. A teoria dele é simples demais e carece de uma parte móvel. A variável que está faltando é o ponto de referência, o estado anterior relativo ao qual ganhos e perdas são avaliados. Na teoria de Bernoulli você precisa saber apenas o estado de riqueza para determinar sua utilidade, mas na teoria da perspectiva você precisa saber também o estado de referência. A teoria da perspectiva é assim mais complexa do que a teoria da utilidade. Em ciência, complexidade é considerada um custo, que deve ser justificado por um conjunto suficientemente rico de previsões novas e (preferencialmente) interessantes de fatos que a atual teoria não pode explicar. Esse foi o desafio que tivemos de enfrentar.

Além disso, há diferenças entre as duas teorias: Utilidade Esperada e Prospecto, estão relacionadas ao direcionamento do comportamento dos indivíduos em relação aos riscos envolvidos em uma decisão. Para Bernoulli, os estados de riqueza eram os responsáveis pela utilidade, quanto maior a riqueza menor era a utilidade. Ao contrário, para Amos e Kahneman, os indivíduos estarão mais propensos a decidir entre ganhar e perder. O que resulta no conceito de aversão à perda: as pessoas tendem a reagir com mais intensidade às perdas do que aos ganhos.

Portanto, as heurísticas e vieses apontados por Amos e Kahneman acentuam suas teorias sobre o comportamento dos indivíduos, que, ao contrário da teoria econômica tradicional, estabelecem a irracionalidade como dispositivo que configura a maior parte das decisões humanas. Além disso, suas pesquisas e experimentos sociais formam um rico conjunto que demonstra como a economia comportamental mantém suas bases firmadas na realidade na qual estamos inseridos.

Na próxima seção, será analisado como a inflação afeta o custo da cesta básica de alimentação e o poder de compra dos consumidores. Além disso, apresentaremos o projeto de pesquisa que permitiu o levantamento de dados na cidade de Santarém contribuindo para o aprofundamento das discussões sobre padrões de consumo e dinâmica de produção.

2.3 A Relação entre Inflação e Custo da Cesta Básica de Alimentação

2.3.1 Dinâmica Inflacionária Brasileira: Uma Análise dos Tipos e Determinantes

Mesmo as moedas mais fortes do mundo não estão imunes à inflação - fenômeno caracterizado pelo aumento generalizado dos preços. Esses aumentos quando significativos afetam toda a sociedade e implicam em grandes problemas econômicos. Conforme relatado por Lopes (1985), em casos extremos, ocorre o que é denominado de hiperinflação, uma acelerada intensa e anormal dos preços e já atingiu grandes nações, como a Alemanha e a Áustria.

As causas da inflação têm sido abordadas por várias correntes econômicas: monetaristas, neo-monetaristas, estruturalistas, neo-estruturalistas, keynesianos, neo-keynesianos. Sob essa perspectiva, Meller (1987, p. 532), afirma não haver um consenso na ciência econômica que leve a uma única solução para a inflação, e descreve as diferença que há entre as escolas do pensamento econômico:

> Há distintas teorias sobre a inflação. Os monetaristas creem que a inflação é um fenômeno essencialmente monetário e, em consequência, se se controla a quantidade de dinheiro, é possível sua eliminação. Os keynesianos sustentam que a inflação é produto da existência de um excesso de demanda agregada e que através de políticas fiscais seria possível reduzir tal excesso de demanda agregada e, assim, reduzir a inflação. Os neo-keynesianos creem que a inflação é consequência de pressões de custos que geram um espiral que se retroalimenta fazendo subir os preços dos bens e fatores produtivos; uma política de rendas que consiga controlar simultaneamente os aumentos de todos os preços, eliminaria a inflação. Os neo-monetaristas creem que a inflação é gerada pelas expectativas inflacionárias que os agentes econômicos possuem; se se consegue afetar tais expectativas, poder-se-ia acabar com o fenômeno inflacionário. Em síntese, cada uma destas teorias tem sido aplicada e, entretanto, o fenômeno inflacionário não foi erradicado, isto é, ainda não se sabe como eliminar a inflação.

Segundo Marques (1987), uma das abordagens teóricas mais antigas sobre a inflação é a teoria quantitativa da moeda, essa teoria assinala ser a quantidade de moeda em circulação na economia a principal causa no aumento generalizado do nível dos preços. Contudo, essa visão arcaica da inflação foi descartada na década de 30. Desde então, surgiram modernas interpretações dessa mesma teoria. A seguir, apresenta-se a definição da teoria quantitativa da moeda:

> Aceitando-se estas considerações, pode-se interpretar a teoria quantitativa da moeda como uma teoria de inflação, em que a taxa de crescimento dos preços é determinada pela expansão dos meios de pagamento acima do crescimento do produto real (Marques, 1987, p. 188).

A partir deste ponto, será discutida a visão keynesiana que expõe ser a inflação uma circunstância da demanda agregada. A obra *"Teoria Geral dos Juros, do Emprego e da Moeda"*[10], publicada em 1936 pelo economista John Maynard Keynes (1883-1946), estabelece os fundamentos de uma nova visão da economia, em um contexto extremamente frágil da história econômica mundial. Desse modo, a inflação de demanda está relacionada à convicção teórica de que os mercados tendem ao pleno emprego. Essa base teórica está intrinsecamente relacionada à teoria do economista John Keynes, quando afirmou que:

> Quando o pleno emprego é alcançado, qualquer tentativa de aumentar ainda mais o investimento faz com que os preços tendam a subir sem limite, seja qual for a propensão marginal a consumir, isto é, chega-se a um estado de verdadeira inflação. Até este ponto, no entanto, a alta dos preços será acompanhada de um aumento da renda real agregada (Keynes, 1996, p. 137).

Ainda, conforme aponta Souza (2001, p. 19), essa visão sustenta que a inflação é um fenômeno da demanda. Pois, considerando o pleno emprego, enquanto a demanda agregada estiver em níveis aceitáveis, será vantajoso para a economia. Do contrário, quando a demanda agregada estiver acima do pleno emprego, resultará em pressões inflacionárias:

> Neste caso, o maior nível de gastos públicos e/ou um menor nível de impostos estariam gerando um crescimento na demanda agregada, acima do produto de pleno emprego, o que levaria a um aumento do nível de preços, podendo, portanto, ser classificada como uma inflação de demanda.

Embora haja o reconhecimento de aspectos que influenciam a formação da inflação, como o aumento da demanda agregada além do pleno emprego, resultando em elevação dos preços, Keynes não estava direcionando seus esforços para compreendê-la integralmente, uma vez que o contexto vivenciado era o de recessão e desemprego. Ao contrário da teoria

[10] No original: *The General Theory of Employment, Interest and Money.*

quantitativa da moeda, que atribui a causa da demanda agregada à política monetária, a teoria Keynesiana enfatiza a política fiscal como instrumento da demanda agregada (Marques, 1987).

> A visão keynesiana original da inflação, por sua vez, formulada em um período onde o grande problema econômico era o da recessão, prevê a ocorrência de inflação somente quando a economia estiver operando a pleno emprego. Nestas condições, qualquer incremento na demanda efetiva gera um hiato entre oferta e demanda globais, denominado hiato inflacionário. Quando houver capacidade ociosa, uma expansão da demanda deve gerar aumento na renda e nos preços de alguns bens e serviços. Esta situação, no entanto, não era considerada por Keynes como sendo de inflação "verdadeira", que ocorre quando estímulos à demanda efetiva resultam apenas em crescimento dos preços. À semelhança da teoria quantitativa, o fator que inicia o processo inflacionário é a demanda agregada. Entretanto, o instrumento relevante de estímulo à demanda é a política fiscal, e não mais a política monetária (Marques, 1987, p. 217).

Para constituir a resolução da inflação de demanda segundo a visão original de Keynes, Sicsú (2009), assinala que deve-se reduzir a expansão quando estiver próximo ao pleno emprego e dessa forma, combate-se a inflação através de restrição orçamentária, ou seja, a partir desse contexto, do ponto de vista keynesiano, a solução para a inflação estaria associada à diminuição dos gastos governamentais:

> Por último, resta tratar da inflação de demanda. O diagnóstico deste tipo de inflação e seu tratamento foram identificados por Keynes (CW, 29, p. 235) que sugeriu que as medidas de expansão fossem relaxadas um pouco antes que o pleno emprego fosse atingido. Este tipo de infração, se ocorrer, deve ser combatido com políticas macroeconômicas contracionistas, principalmente, com a redução de gastos governamentais públicos. Se os gastos de forma generalizada, de consumo ou de investimento, público ou privado, estão pressionando os preços para cima, então a economia, sem qualquer discriminação, deve ser resfiia-da, para ser mantida em situação de quase-boom e não superboom. Para este tipo específico de inflação, a proposição dos defensores da regra convencional de manipulação da taxa de juros para manter a economia, sem qualquer discriminação, deve ser resfiia-da, para ser mantida em situação de quase-boom e não âesuperboom. Para este tipo específico de inflação, a proposição dos defensores da regra convencional de manipulação da taxa de juros para manter a estabilidade monetária é também eficaz. Tal política de elevação de juros, nessas condições específicas, poderia não criar um hiato de emprego positivo. Cabe ser ressaltado, entretanto, que a regra convencional que disciplina a política monetária, como foi visto, impediria a economia de alcançar o pleno emprego e, portanto, de contrair uma inflação de demanda (Sicsú, 2009, p. 20-21).

Embora a concepção Keynesiana tenha oferecido contribuições significativas, sua compreensão da inflação como fenômeno de demanda é amplamente contestada - sobretudo para explicar o caso brasileiro - pois aumentos na demanda acima do pleno emprego não necessariamente estariam ligados ao aumento da inflação, devido ao fato de existir e persistir inflação em níveis abaixo do pleno emprego. Contudo, versões mais contemporâneas da teoria de Keynes foram sendo estruturadas pelos pós-keynesianos conduzindo-a para uma visão de inflação pelo lado da oferta. Como afirma Sicsú (2009, p. 5-6):

> A ideia pós-keynesiana, em oposição à regra convencional de disciplina da política monetária e de busca do controle do nível de preços, é que uma elevação da taxa de juros atacaria os sintomas da inflação e não as suas causas. Tal elevação dificultaria a passagem de um aumento de custos aos preços (o sintoma), mas não resolveria o problema da elevação de custos (a catisa). A proposição pós-keynesiana é que existem vários tipos de inflação e para cada tipo deve ser utilizado um instrumento antiinflacionário diferente, sempre buscando atacar a(s) causa(s) da inflação.

Ainda, para avançar na compreensão da inflação de custos, em oposição à inflação de demanda, é necessário demarcar suas diferenças, conforme assinala De Souza (2001, p. 25):

> Mas se os preços aumentam de forma sistemática, devemos procurar uma outra explicação para o fenômeno, diferente daquela que se baseia no excesso de demanda real sobre o produto de pleno emprego. A única possibilidade que nos resta para a explicação da inflação são os aumentos autônomos nos elementos de custo que determinam os preços de oferta fixados pelas firmas. É na busca da compreensão da dinâmica dos principais componentes dos custos das economias capitalistas que se deve procurar a explicação para fenômenos inflacionários. Desta maneira, torna-se necessário definir formalmente um preço de oferta.

Adiante, como explica Sicsú (2009), existem várias causas para o fenômeno da inflação que estão diretamente ligadas aos custos. Desse modo, o autor identifica seis tipos de inflação e todos estão estreitamente relacionados ao lado da oferta: 1) inflação de salários, 2) inflação de grau de monopólio ou inflação de lucros, 3) inflação de retornos decrescentes, 4) inflação importada, 5) choques de oferta inflacionários, 6) inflação de impostos.

Segundo Sicsú (2009), a inflação de salários é causada principalmente pelo aumento nominal dos salários, levando os empresários a repassarem essa elevação dos custos para os preços dos bens e serviços. A inflação de grau de monopólio ou inflação de lucros ocorre por conta da maneira como as empresas estão inseridas no contexto econômico como monopolistas, ou seja, tendo a capacidade e poder de mercado para aumentar os preços e consequentemente causar inflação. Outro tipo de inflação, a de retornos decrescentes está relacionada ao hiato de emprego, isto é, quando a economia está com baixo hiato de emprego e próxima ao pleno emprego, um acréscimo de mão-de-obra não especializada reduz a eficiência na produção, elevando os custos de produção, resultando no aumento dos preços finais.

Na sequência, de acordo com Sicsú (2009), a inflação importada é derivada da influência que os demais países podem exercer sobre a inflação nacional, esse cenário é mais crítico quando há maior abertura econômica ao mercado internacional. Ainda, a inflação como consequência de choques inflacionários advém de eventos imprevistos, como climáticos, energéticos, entre outros que afetam os custos das empresas, a depender do poder de mercado, as empresas repassam ou não os custos, gerando assim inflação quando for uma empresa monopolista e não tendendo a gerar quando a empresa está em um mercado competitivo. Por

fim, a inflação de impostos é aquela em que, quando o governo aumenta o percentual tributário, consequentemente os custos da empresa aumentam e é repassado aos preços finais, a depender do poder de mercado, haverá ou não inflação.

A dinâmica inflacionária brasileira, por apresentar singularidades que a diferenciam das inflações em países desenvolvidos, projeta-se no cenário nacional como centro das discussões políticas e teóricas na década de 1980. Os economistas brasileiros estavam empenhados na luta contra a inflação, e certos de que a inflação brasileira não era por um lado consequência da expansão monetária e tão pouco somente dos custos.

Segundo Bresser-Pereira (2010, p. 170), a partir do contexto analisado, surgiu uma nova teoria da inflação denominada de "inflação autônoma ou inercial". Essa teoria é explicada como sendo a indexação dos preços a causa da inflação, uma vez que as empresas reajustavam seus preços automaticamente, sem ligação com a demanda. Desse modo, conseguiriam "manter sua taxa de lucro ou, em outras palavras, manter os preços relativos equilibrados de forma dinâmica" (Bresser-Pereira, 2010, p. 172).

Logo, a inflação como discussão macroeconômica ganha a atenção de toda a sociedade devido à sua relevância e à complexidade envolvida na análise de suas causas e ainda, de suas possíveis soluções. As particularidades dos países subdesenvolvidos, como o Brasil, aumentam a dificuldade de controle da inflação pelos mesmos mecanismos de países desenvolvidos. A década de 1980 tornou-se a partir de então, um período de teorizações e práticas das mais diversas teorias da inflação, mas a proposição de uma inflação não somente advinda da demanda, assim como não somente pela oferta, culminou na teoria da inflação inercial, apresentada pelos economistas como uma proposta que continha aspectos diversos de uma inflação que pouco se apresentava nos moldes circunstanciais como conhecida e já solucionada.

2.3.2 Panorama dos Principais Índices de Preços da Economia Brasileira

Os índices de preços ao consumidor são estatísticas importantes para a consolidação de estratégias de enfrentamento da depreciação da moeda e da consequente perda do poder de compra das famílias:

> O Índice de Preços ao Consumidor mede a influência das variações de preços no padrão de consumo e, consequentemente, no nível de vida dessas unidades familiares. Por isso, o indexador correto para salários, aluguéis, aposentadorias e outras operações gerais que visam simplesmente à recomposição de poder de compra ou a compensação por variações inflacionárias domésticas é o Índice de Preços ao Consumidor (De Souza, 2009, p. 153).

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), é o indicador oficial da inflação no Brasil, sendo calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Suas principais variáveis são: 1) as famílias entrevistadas, com renda de até 40 salários mínimos, e 2) os estados onde são realizadas as respectivas entrevistas, a saber: Aracaju (SE), Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Campo Grande (MS), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), Goiânia (GO), Grande Vitória (ES), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio Branco (AC), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), São Luís (MA) e São Paulo (SP).

Além disso, como o IPCA é um número-índice, é pertinente compreender que esse tipo de estatística pode representar "qualquer variável ou qualquer conjunto de variáveis que se deseje comparar ao longo do tempo ou ao longo do espaço (comparações regionais)" (Carvalho, 1975, p. 61). Entre os diversos números-índices existentes, o IPCA segue o arcabouço teórico e estatístico de Laspeyres, que, segundo Mankiw (2015, p. 777), consiste em ser um "indicador do nível de preços baseado em uma cesta fixa de mercadorias".

De acordo com Carrara e Correa (2012), os procedimentos metodológicos utilizados para o cálculo do IPCA consistem na coleta de dados sobre a variação dos preços de uma cesta fixa de bens e serviços durante 30 dias, comparando-os com os preços do período-base. Os bens e serviços considerados na análise do IPCA, correspondem às principais despesas dos indivíduos na economia e são estes: alimentação e bebidas, habitação, artigos de residência, vestuário, transportes, saúde e cuidados pessoais, despesas pessoais, educação e comunicação.

Quadro 1 - Resumo da Metodologia IPCA

Índice de Preço	**IPCA**
Abrangência da Pesquisa	9 regiões metropolitanas, DF e o Estado de Goiânia
Renda Familiar	1 até 40 salários-mínimos
Ponderação da Cesta	POF (2017-2018)
Metodologia de Cálculo	Índice de Laspeyres

Fonte: IBGE[11]. Elaborado pela autora.

Considerando a inflação e suas consequências ao consumidor, a maior parte da população brasileira enfrenta dificuldades agravadas pelo aumento generalizado dos preços. Segundo Alcântara, Urraca-Ruiz e Dos Santos (2025), a principal insatisfação de grande parte da população está direcionada ao encarecimento da cesta básica de alimentação que compromete expressivamente o orçamento familiar, ou seja, o salário-mínimo torna-se insuficiente para cobrir despesas básicas de alimentação das famílias brasileiras.

[11] Ver mais em: IBGE. Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=conceitos-e-metodos. Acesso em: 05 nov. 2025.

Desse modo, as estimativas de estruturar juridicamente uma cesta básica de alimentos a foi implementada por meio do Decreto-Lei nº 399 de 1938, que institui o salário-mínimo nacional e sua respectiva cesta básica de alimentos "ração-tipo essencial mínima", diferenciando as quantidades para cada região onde são realizadas as pesquisas. A instituição responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento da cesta básica de alimentos é o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

A pesquisa da cesta básica de alimentos realizada pelo DIEESE abrange as 27 capitais brasileiras e mais recentemente, foram incluídas 10 cidades: Boa Vista (RR), Cuiabá (MT), Macapá (AP), Maceió (AL), Manaus (AM), Palmas (TO), Porto Velho (RO), Rio Branco (AC), São Luís (MA) e Teresina (PI). Em todas as regiões, a cesta básica inclui os mesmos produtos, variando apenas as quantidades.

Segundo DIEESE (2025), os produtos que compõem a cesta são: carne, leite, feijão, arroz, farinha, batata, legumes (tomate), pão francês, café em pó, frutas (banana), açúcar, banha/óleo e manteiga. As regiões são divididas em três: Região 1: Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás e Distrito Federal; Região 2: Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e Região 3: Estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Quadro 2 - Resumo da Metodologia da Cesta Básica de Alimentos - DIEESE

Cesta Básica de Alimentos	DIEESE
Abrangência da Pesquisa	27 unidades federativas - subdivididas em 3 regiões e mais 10 cidades (a partir de abril/2025)
Cesta de Bens	13 produtos
Metodologia de Cálculo	1. Fazer a média aritmética de todos os preços coletados, por tipo de estabelecimento. 2. Multiplicar essa média pelo peso do local obtido na pesquisa de locais de compra. 3. Usar o mesmo procedimento para o produto comprado em outros estabelecimentos. 4. Somar os vários resultados para obter o preço médio ponderado por produto.

Fonte: DIEESE[12]. Elaborado pela autora.

[12] Ver mais em: DIEESE - metodologia - Metodologia da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos - agosto/2025. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica2025.html>. Acesso em: 10 de nov. 2025.

2.3.3 Atuação do Observatório Socioeconômico de Santarém (Obessan)

Apesar da ampla cobertura do IPCA e da pesquisa da Cesta Básica de Alimentos do DIEESE em diversas regiões do país, não há qualquer levantamento de dados por parte desses órgãos ou de outros órgãos públicos nas áreas mais distantes das capitais - principalmente nas regiões amazônicas, como Santarém - onde a distância geográfica dos grandes centros gera custos elevados, inviabilizando a realização dessas pesquisas. Como o potencial econômico de Santarém é estratégico.

A cidade de Santarém (PA), é uma das cidades mais importantes para a região do Oeste do Pará, suas características econômicas, sociais e políticas lhes dão esse destaque. Segundo o portal Cidades[13] do IBGE, certos aspectos evidenciam sua relevância, como tendo um território de 17.899,238 km², sendo o 13º município com maior extensão municipal entre os 144. Segundo pesquisas feitas em 2022, a sua população de Santarém conta com cerca de 331.942 mil habitantes. Ainda, segundo Mankiw (2015, p. 66), o Produto Interno Bruto (PIB), "costuma ser considerado o melhor indicador do desempenho da economia". O PIB per capita, mede quanto cada pessoa do município ganharia se a renda fosse distribuída igualmente. Desse modo, o PIB per capita da cidade de Santarém, no ano de 2021, foi de R$ 20.725,66[14], e estava na colocação 39ª, destacando-se entre os 144 municípios do estado do Pará.

Como forma de contribuir para a formação intelectual, social e econômica de estudos, pesquisas e levantamento de dados para a cidade de Santarém (PA) e, ainda, sendo uma demanda da Prefeitura Municipal de Santarém - mais especificamente - da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SEMDEC)/Núcleo de Desenvolvimento (NDE), em 2022, o Bacharelado em Ciências Econômicas (BCE) da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), consolidou a ideia de criação de um observatório, denominado Observatório Socioeconômico de Santarém (Obessan)[15] sendo cadastrado como Projeto de Pesquisa na Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação Tecnológica (Proppit). No ano de 2024, na função de coordenadora, esteve a Profa. Dra. Andréa Simone Rente Leão e tendo como vice-coordenadora a Profa. Dra. Leila de Fátima de Oliveira Monte.

Para a implementação da pesquisa da cesta básica de alimentos na cidade de Santarém, observou-se a carência de pesquisas e dados regionais que ampliassem a

[13] IBGE. Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/santarem/panorama.>. Acesso em: 05 nov 2025.
[14] IBGE. Produto Interno Bruto - PIB | IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 05 nov 2025.
[15] OBSERVATÓRIO SOCIOECONÔMICO DE SANTARÉM (OBESSAN). *Boletim Obessan, n. 01: jun-ago 2024*. Santarém: Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade, 2024.

compreensão das dinâmicas locais de preço, demanda e oferta de alimentos. Nesse sentido, um dos planos de trabalho registrado pelo projeto de pesquisa do observatório, foi intitulado de: Construção de Índice de Inflação para o município de Santarém/Pará.

Esse plano caracterizou-se por destacar a importância da coleta de dados de uma cesta básica específica para a cidade de Santarém no Estado do Pará. Esse plano esteve vinculado financeiramente à Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). No sentido de mobilizar mais alunos do Curso de Ciências Econômicas, para realizar as pesquisas de campo em supermercados, atacadões e feiras, as turmas de Contabilidade Social sob a orientação da Profa. Dra. Leila Monte, foram envolvidas diretamente nesta pesquisa.

Diante dos impactos que a inflação causa sobre o custo da cesta básica de alimentos, torna-se relevante buscar formas de compreender e analisar as variações dos preços diante das nuances regionais, que interferem diretamente no consumo alimentar de cada família. Ainda, ressaltamos as valiosas contribuições que o Obessan proporcionou à comunidade acadêmica e à sociedade, diante das dinâmicas de logística para a realização das coletas, análises e publicações dos dados.

3 METODOLOGIA

O presente capítulo aborda as metodologias utilizadas na construção deste trabalho, e configura-se da seguinte forma: na seção 3.1 abordam-se as delimitações da pesquisa, o período observado e os indicadores utilizados, na seção 3.2 é assinalado as metodologias de cálculos do custo da cesta básica e demais variáveis que formam um índice de preço.

3.1 Delimitação da Pesquisa, Período Observado e Indicadores Utilizados

A metodologia do presente trabalho combina a várias técnicas de pesquisa, que segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 174), "é um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática. Toda ciência utiliza inúmeras técnicas na obtenção de seus propósitos". Desse modo, este estudo apresenta as seguinte técnicas de pesquisa: 1) pesquisa documental indireta, especificamente a pesquisa bibliográfica, que compreende o levantamento e a análise de obras e publicações disponíveis ao público sobre o tema em questão, neste caso, as teorias do consumidor, economia comportamental e a inflação. 2) pesquisa documental direta, sendo a pesquisa de campo quantitativa-descritivas que busca apresentar as variações dos preços nos meses de agosto, setembro, outubro e novembro de 2025, sendo essa coleta realizada nos estabelecimentos de Santarém (PA), mediante visitas presenciais pelas turmas de Contabilidade Social do Curso de Ciências Econômicas da Ufopa. Os indicadores utilizados neste estudo incluem a taxa de variação percentual dos preços, empregada para indicar as oscilações dos preços; o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) de Alimentação, utilizado para mensurar a inflação de Santarém (PA) e o Índice de Laspeyres modificado, permitindo avaliar a inflação em uma cesta de bens fixos.

3.2 Metodologia de Cálculo do Custo da Cesta Básica de Alimentação

Para a compreensão desses cálculos, é importante mencionar que a metodologia aplicada nas estimativas de cálculo foi retirada dos estudos do Laboratório de Inflação e Custo de Vida de Marabá - (LAINC), organizado pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Desse modo, iniciaremos a constatação de que para construir um índice de preços é necessário realizar pesquisas dos hábitos de consumo das famílias do referido local. Essa pesquisa demonstrará quais bens ocupam maior ou menor parte do total da cesta de produtos, sugerindo orçamentos mais vinculados a determinada despesa. Diante desse panorama, a Pesquisa de Orçamentos

Familiares utilizada como base para os cálculos foi a POF/IBGE-2017-2018, com a devida regionalização para o município de Marabá (PA).

As coletas foram realizadas semanalmente pelas equipes das turmas de Contabilidade Social do Curso de Ciências Econômicas da Ufopa, que se organizaram do seguinte modo: o subgrupo Pescado e Frutas e Hortaliças e Verduras pesquisadas foram pesquisados na feira do Feiras do Mercadão 2000, Aeroporto Velho e Porto dos Milagres. Os demais subgrupos foram pesquisados nos seguintes estabelecimentos: Avante Atacadista, Atacadão, Assaí, Coração de Mãe e Mercado do Bairro.

Quadro 3 - Relação dos Subgrupos de Alimentação – Geral

Subgrupos de Alimentação - Geral
(1) Subgrupo: Cereais, Leguminosas e Oleaginosas
(2) Subgrupo: Farinha, féculas e massas
(3) Subgrupo: Tubérculos, Raízes e Legumes
(4) Subgrupo: Açúcares e Derivados
(5) Subgrupo: Hortaliças e Verduras
(6) Subgrupo: Carnes
(7) Subgrupo: Carnes e peixes industrializados
(8) Subgrupo: Aves e Ovos
(9) Subgrupo: Leites e Derivados
(10) Subgrupo: Panificadora
(11) Subgrupo: Óleos e Gorduras
(12) Subgrupo: Bebidas e Infusões
(13) Subgrupo: Enlatados e Conservas
(14) Subgrupo: Sal e condimentos
(15) Subgrupo: Frutas
(16) Subgrupo: Pescado

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da pesquisa de campo (2025).

3.2.1 Cálculo do Intervalo de Confiança

Segundo Silva *et al.* (2019) e Hoffmann (2013), o cálculo do intervalo de confiança deve ser realizado para ajustar a presença de valores extremos, muito baixos ou muito altos.

$$(\overline{\boldsymbol{p}}_{\boldsymbol{t}}^{\boldsymbol{j}} - \mathbf{2}\boldsymbol{S}_{\boldsymbol{t}}^{\boldsymbol{j}}; \overline{\boldsymbol{p}}_{\boldsymbol{t}}^{\boldsymbol{j}} + \mathbf{2}\boldsymbol{S}_{\boldsymbol{t}}^{\boldsymbol{j}}) \quad (1)$$

Dado que:

$\overline{\boldsymbol{p}}_{\boldsymbol{t}}^{\boldsymbol{j}}$**:** é a média dos preços do produto j no tempo t (mês atual);

$\boldsymbol{S}_{\boldsymbol{t}}^{\boldsymbol{j}}$**:** é o desvio padrão do produto j no tempo t (mês atual);

Dessa forma, os preços coletados que se encontram abaixo de $\overline{\boldsymbol{p}}_{\boldsymbol{t}}^{\boldsymbol{j}} - \mathbf{2}\boldsymbol{S}_{\boldsymbol{t}}^{\boldsymbol{j}}$ ou acima de $\overline{\boldsymbol{p}}_{\boldsymbol{t}}^{\boldsymbol{j}} + \mathbf{2}\boldsymbol{S}_{\boldsymbol{t}}^{\boldsymbol{j}}$ serão desconsiderados para os cálculos do índice de preços ao consumidor.

3.2.2 Cálculo do Preço Médio

Segundo Silva *et al.* (2019) e Hoffmann (2013), para calcular a média aritmética dos preços coletados, utiliza-se a seguinte equação:

$$\overline{\boldsymbol{P_t^i}} = \frac{\mathbf{1}}{\boldsymbol{n_t}} \sum_{\boldsymbol{n=1}}^{\boldsymbol{n_t}} \boldsymbol{p_t^j} \tag{2}$$

Onde:

$\overline{\boldsymbol{P_t^i}}$**:** é o preço médio do produto j no mês t (mês atual);

$\boldsymbol{n_t}$**:** é a quantidade de preços coletados do produto que compõem o subitem na amostra no mês t (mês atual);

$\boldsymbol{p_t^j}$**:** é o preço do produto *j* no mês t (mês atual).

3.2.3 Cálculo da Variação dos Preços

Para realizar as variações dos preços, de acordo com Silva *et al.* (2019), entre o mês corrente (*t*) e o mês base (*t* – 1), calcula-se confirme apresentado a seguir:

$$\boldsymbol{r_{t-1,t}^j} = \frac{\overline{\boldsymbol{P}}_{\boldsymbol{t}}^{\boldsymbol{j}}}{\overline{\boldsymbol{P}}_{\boldsymbol{t-1}}^{\boldsymbol{j}}} = \frac{\frac{\mathbf{1}}{\boldsymbol{n_t^i}} \sum_{\boldsymbol{n=1}}^{\boldsymbol{n_t^j}} \boldsymbol{P_t^j}}{\frac{\mathbf{1}}{\boldsymbol{n_{t-1}^j}} \sum_{\boldsymbol{n=1}}^{\boldsymbol{n_{t-1}^j}} \boldsymbol{P_{t-1}^j}} \tag{3}$$

Sendo:

$\boldsymbol{r_{t-1,t}^j}$ **:**é a média da variação de preços do produto *j* entre os meses t – 1 (base) e *t* (atual);

$\overline{\boldsymbol{P}}_{\boldsymbol{t}}^{\boldsymbol{j}}$ **:**é a média aritmética do produto *j* no mês t (mês atual);

$\overline{\boldsymbol{P}}_{\boldsymbol{t-1}}^{\boldsymbol{j}}$**:** é a média aritmética do produto *j* no mês anterior $t-1$(mês base);

$\boldsymbol{n_t}$**:** é a quantidade de preços coletados do produto que compõem o subitem na amostra no mês t (mês atual);

$\boldsymbol{n_{t-1}}$**:** é a quantidade de preços coletados do produto que compõem o subitem na amostra no mês anterior $t-1$ (mês base);

$\boldsymbol{P_t^j}$**:** é o preço do produto *j* no mês t (mês atual).

$\boldsymbol{P_{t-1}^j}$**:** é o preço do produto *j* no mês anterior $t-1$ (mês atual).

3.2.4 Imputação dos Preços

Segundo Silva *et al.* (2019) e IBGE (2020), a imputação de preços é um recurso estatístico utilizado quando existem dados que por algum motivo não são coletados. Segundo IBGE (2020), os dois principais motivos são: 1) o produto estar temporariamente indisponível ou 2) produto definitivamente indisponível. Há duas formas de cálculo:

1) Imputação pela média dos preços:

$$\boldsymbol{p_t^{*j} = \frac{1}{n_t} \sum_{n=1}^{n_t} p_t^j} \tag{4}$$

$\boldsymbol{p_t^{*j}}$**:** é o preço imputado do produto j, no mês corrente t;

$\boldsymbol{n_t}$**:** é a quantidade de preços coletados do produto que compõem o subitem na amostra no mês corrente t;

$\boldsymbol{p_t^j}$**:** é o preço do produto j no mês corrente t.

2) Imputação pela reprodução do preço do mês anterior:

$$\boldsymbol{p_t^{*j} = p_{t-1}^{*j}} \tag{5}$$

$\boldsymbol{p_t^{*j}}$**:** é o preço imputado do produto j, no mês corrente t;

$\boldsymbol{p_{t-1}^{*j}}$**:** é o preço do produto j, no mês $t-1$ no mesmo local da amostra p.

Ainda, segundo Silva *et al.* (2019, p. 20), enfatizamos que a escolha da equação, irá depender das características de cada produto. Quando os produtos apresentarem vários valores, será necessário aplicar a imputação pela média dos preços, e quando o produto ou serviço constar apenas um valor, como as taxas e o valor da energia elétrica, o método utilizado será a repetição dos preços do período anterior.

3.2.5 Ponderações da Cesta Básica de Alimentos

Tendo em vista a maior especificação dos itens que compõem a cesta básica de um determinado local, é necessário verificar quais bens tendem a ocupar uma maior parte da cesta, ou seja, é preciso calcular as ponderações de cada alimento.

$$\boldsymbol{W_i^0 = \frac{p_0^i \cdot q_0^i}{\sum_{i=1}^{n} p_0^i \cdot q_0^i}} \tag{6}$$

$\boldsymbol{W_i^0}$**:** é o peso do bem i no período da pesquisa;

$\boldsymbol{p_0^i}$**:** é o preço médio do bem i no período da pesquisa;

$\boldsymbol{q_0^i}$**:** é a quantidade do bem i no período da pesquisa.

3.2.6 Cálculo do IPC através do Índice de Laspeyres Modificado

Com o intuito de desenvolver o Índice de Preços ao Consumidor, Silva *et al* (2019, p. 22), considera que a modificação no Índice de Laspeyres representa a "vantagem de acatar as principais propriedades da Teoria dos Números Índices, e em particular porque pressupõe a hipótese de que o consumidor gaste a totalidade de sua renda, condição que permite afirmar que é nula a poupança pessoal (S=0)".

$$\boldsymbol{IPC_{t-a,t}^{A}} = \sum_{i=1}^{n} \frac{\boldsymbol{p_0^i \cdot q_0^i}}{\sum_{i=1}^{n} \boldsymbol{p_0^i \cdot q_0^i}} \boldsymbol{x} \frac{\boldsymbol{P_t^i}}{\boldsymbol{P_{t-1}^i}} \tag{7}$$

ou

$$\boldsymbol{IPC_{t-a,t}^{A}} = \sum_{j=1}^{n} \boldsymbol{w_i^0} \frac{\boldsymbol{P_t^i}}{\boldsymbol{P_{t-1}^i}} \tag{8}$$

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A questão alimentar, segundo Oliveira, Thébaud-Mony (1997), pode ser caracterizada sob diferentes perspectivas: econômica, nutricional, social e cultural, culminando em uma abordagem multidisciplinar. Desse modo, essa abordagem é enfática ao atrelar à alimentação não somente fatores econômicos, mas aspectos culturais específicos de cada localidade. Assim, a abordagem do custo da cesta básica de alimentação em Santarém (PA), localizada na região Amazônica, caracteriza-se pela forte diversidade cultural, a partir de confluências de diferentes tradições, com forte predominância da cultura indígena e nordestina. Além disso, a alimentação santarena é moldada significativamente por seus rios Tapajós e Amazonas que marcam a prática pesqueira na região.

A cidade de Santarém está localizada no Oeste do Pará, na região norte do Brasil e é integrante da Amazônia Legal. Segundo dados do IBGE, é uma capital regional, e sua dimensão territorial é de 17.899,238 km², com uma população de 331.942 pessoas de acordo com o último censo, realizado em 2022. O seu PIB *per capita*, em 2021 era de R$ 20.725,66. Considera-se o PIB como um indicador macroeconômico agregado principal do Sistema de Contas Nacionais (SCN), que calcula a produção de uma economia de mercado. De acordo com Lima, Barbosa Filho e Palis (2013), o PIB *per capita é* calculado dividindo-se o PIB do período pelo número total de habitantes nesse mesmo intervalo. Nesse contexto, o rendimento domiciliar mensal *per capita*, segundo dados do Censo 2022, é de aproximadamente R$ 1.024,30, em uma comparação com a capital Belém (PA), o rendimento domiciliar mensal *per capita* é de R$ 1.668,52.

Em Santarém, cerca de 39,27% das pessoas ocupam postos de trabalho na iniciativa privada, 12,81% no serviço público, 0,94% são militares, 4,11% são trabalhadores domésticos, 2,48% são empregadores, 39,13% trabalham por conta própria e 0,91% estão na situação de não remunerados em ajuda a morador do domicílio ou parente. Segundo Coelho, Aguiar e Fernandes (2009, p. 336), o grupo alimentação têm “maior peso no orçamento para famílias da zona rural e para as de baixa renda, notadamente nas regiões Norte e Nordeste do País”. Na Tabela 1, é apresentado os valores médios *per capita* consumidos pelas famílias brasileiras, com alimentação, transporte e lazer (incluindo viagens esporádicas a lazer), comparando os domicílios urbano e rural e incluindo o consumo da região norte. Desse modo, é possível concluir que a alimentação continua representando um dos principais gastos das famílias brasileiras, logo, da região norte.

Tabela 1 - Perfil das Despesas no Brasil e Região Norte (POF 2017-2018)

Despesa monetária e não monetária de consumo *per capita* mensal (R$)				
Tipo de Despesa	**Brasil – Total (R$)**	**Urbano (R$)**	**Rural (R$)**	**Região Norte – Total (R$)**
Alimentação	147,45	129,47	17,98	10,55
Transporte	85,44	76,41	9,03	4,26
Lazer e viagens esporádicas a lazer	53,93	51,41	2,52	2,33

Fonte: POF/IBGE (2017-2018)[16].

A análise das variações nos preços dos alimentos nos meses de agosto, setembro, outubro e novembro de 2025 em Santarém (PA), representados pelos dados coletados em supermercados, atacadões e feiras livres nesse período permite-nos observar como o comportamento do consumidor – tanto sob a ótica microeconômica quanto da economia comportamental – frente às oscilações dos preços contribui para enriquecer a compreensão macroeconômica da inflação. Essas interpretações, principalmente sob a perspectiva da economia comportamental são substanciais pois agregam à ciência econômica grandes detalhes e realidades comportamentais dos seres humanos.

Na Tabela 2, denominada de maiores variações dos subgrupos de agosto a novembro de 2025, evidencia-se, entre os meses de agosto a setembro, uma variação positiva do subgrupo de Tubérculos, Raízes e Legumes (14,58%), composto pelos seguintes itens: Batata doce, Batata inglesa, Mandioca, Abobrinha, Pepino, Pimentão, Tomate, Cebola, Cenoura, Pimenta de Cheiro. Também se destaca o subgrupo Enlatados e Conservas (13,81%), formado por Sardinha em conserva, Salsicha em conserva, Milho verde, Ervilha. Por fim, o subgrupo de Frutas (11,28%), abrangendo Banana prata, Abacaxi, Abacate, Laranja, Limão, Maçã, Mamão, Melão, Manga, Maracujá, Melancia, Pêra, Tangerina, Goiaba.

Entre os meses de setembro a outubro de 2025, o subgrupo Panificadora teve um aumento de 33,76%, entre os itens que o compõem estão o Pão francês, Pão de forma e Bolo. O item que mais se destacou e foi o grande responsável pela maior variação dentro do subgrupo Panificadora foi o pão francês, sendo um produto que está na cesta de alimentação da população brasileira, em 2025, segundo dados da POF 2017-2018, a aquisição *per capita* anual de pão francês na região norte foi de 9,274 (Kg). Seguido do subgrupo de Leites e Derivados com 28,97%, com os itens Leite longa vida, Leite condensado, Leite em pó, Queijo e Manteiga.

[16] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?edicao=31309&t=downloads>. Acesso em: 22 nov. 2025.

Entre os itens do subgrupo Panificadora, o leite em pó, foi o item que mais influenciou na alta taxa de variação entre os meses de setembro a outubro. E uma variação de 9,15% do subgrupo Bebidas e Infusões, que tem como seu itens: Sucos de Frutas, Polpa de frutas congeladas, Açaí, Café moído, Refrigerante e Cerveja. Nesse subgrupo, o item responsável pela maior parte da taxa de variação foi o refrigerante. Para os meses de outubro a novembro, as variações foram mais intensas nos subgrupos: Panificadora (117,56%), Açúcares e Derivados (88,66%) e Óleos e Gorduras (74,55%).

Tabela 2 - Maiores variações dos subgrupos Agosto a Novembro de 2025

GRUPO DE ALIMENTAÇÃO (Geral)	**Taxa de variação (%)**	**Taxa de variação (%)**	**Taxa de variação (%)**
	AGO/SET	SET/OUT	OUT/NOV
(1) Subgrupo: Cereais, Leguminosas e Oleaginosas	-3,49	2,76	-4,44
(2) Subgrupo: Farinha, féculas e massas	-5,90	6,60	-17,00
(3) Subgrupo: Tubérculos, Raízes e Legumes	14,58	-3,56	-60,20
(4) Subgrupo: Açúcares e Derivados	10,20	-7,39	88,66
(5) Subgrupo: Hortaliças e Verduras	9,74	-17,79	1,10
(6) Subgrupo: Carnes	-3,89	-15,84	-76,01
(7) Subgrupo: Carnes e peixes industrializados	8,37	-34,74	20,07
(8) Subgrupo: Aves e Ovos	-1,85	-12,99	-10,46
(9) Subgrupo: Leites e Derivados	3,22	28,97	-25,29
(10) Subgrupo: Panificadora	3,89	33,76	117,56
(11) Subgrupo: Óleos e Gorduras	0,04	-5,07	74,55
(12) Subgrupo: Bebidas e Infusões	3,26	9,15	-20,24
(13) Subgrupo: Enlatados e Conservas	13,81	0,13	-8,07
(14) Subgrupo: Sal e condimentos	2,68	-13,18	16,59
(15) Subgrupo: Frutas	11,28	-1,22	-56,20
(16) Subgrupo: Pescado	0,98	-10,30	-41,77

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da pesquisa de campo (2025).

Desse modo, podemos concluir que a elevação significativa principalmente no subgrupo de Tubérculos, Raízes e Legumes e no subgrupo das Frutas, conforme Thaler (2019), em sua teoria denominada de contabilidade mental, sugere a possibilidade de que as famílias reservem um orçamento fixo para esses gastos e dessa forma, mesmo diante de aumento expressivos, tendem a manter a compra por hábito, percepção de necessidade e até mesmo pela cultura alimentícia regional o que diminui a sensibilidade aos aumentos. Esse cenário pode ser explicado quando mesmo diante de altas variações desses itens a demanda permanece rígida.

O mesmo pode não ocorrer com o subgrupo de Enlatados e Conservas, pois para a teoria microeconômica são considerados bens inferiores aqueles cuja demanda tende a diminuir

conforme a renda dos consumidores aumenta, sendo substituídos por itens de maior qualidade. Dito isso, como os itens desse subgrupo são classificados como alimentos processados ou ultraprocessados, a literatura nutricional frequentemente assinala os riscos associados ao desenvolvimento de doenças, bem como a presença de quantidades inadequadas – ou mesmo a inexistência – de nutrientes essenciais à saúde humana (Pinto e Costa, 2021).

Ainda, entre os meses de agosto a setembro de 2025, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) Alimentação da cidade de Santarém, com base nos dados coletados, totalizou 0,0027%, o que assinala que o grupo de alimentação elevou a inflação para cima. Além disso, os subgrupos que mais destacara-se contribuindo para esse aumento foi Farinha, féculas e massas (0,0032), Carnes (0,0022), Tubérculos, Raízes e Legumes (0,0021).

O aumento do IPC Alimentação causado, principalmente, pelo subgrupo de Farinha, féculas e massas (0,0032), que é constituído pelos seguintes itens: Macarrão, Macarrão Instantâneo, Farinha de mandioca e Farinha de tapioca. A regionalização alimentar confere destaque à farinha de mandioca e à farinha de tapioca, reconhecidas como itens de consumo local pela população Santarena. Segundo pesquisas De Moura Costa, De Lima, Gasparin (2019), a comunidade Boa Esperança, situada no Km 42 da Rodovia PA–370, no município de Santarém (PA), têm como atividade principal o plantio de farinha que é realizado em larga escala, sendo exportado para cidades como Manaus (AM) e Macapá (AP).

Tabela 3 - IPC Alimentação em Santarém Ago/Set 2025

IPC Alimentação Ago/Set 2025	
Grupo de Alimentação (Geral)	**0,0027**
(1) Subgrupo: Cereais, Leguminosas e Oleaginosas	0,0013
(2) Subgrupo: Farinha, féculas e massas	0,0032
(3) Subgrupo: Tubérculos, Raízes e Legumes	0,0021
(4) Subgrupo: Açúcares e Derivados	0,0012
(5) Subgrupo: Hortaliças e Verduras	0,0009
(6) Subgrupo: Carnes	0,0022
(7) Subgrupo: Carnes e peixes industrializados	0,0007
(8) Subgrupo: Aves e Ovos	0,0005
(9) Subgrupo: Leites e Derivados	0,0005
(10) Subgrupo: Panificadora	0,0010
(11) Subgrupo: Óleos e Gorduras	0,0000
(12) Subgrupo: Bebidas e Infusões	0,0006
(13) Subgrupo: Enlatados e Conservas	0,0004
(14) Subgrupo: Sal e condimentos	0,0001
(15) Subgrupo: Frutas	0,0020
(16) Subgrupo: Pescado	0,0003

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da pesquisa de campo (2025).

Na Tabela 4, o IPC de alimentação, entre os meses de setembro a outubro e outubro a novembro de 2025, os índices apresentaram resultado negativo, o que assinala a chamada deflação, que segundo Blanchard (2017, p. 31), "é uma queda sustentada do nível de preços e corresponde a uma taxa de inflação negativa". Nos meses de setembro a outubro, os subgrupos que mais contribuíram para a queda do IPC alimentação foram: Carnes (-0,00894), Aves e Ovos (-0,00329) e o Pescado (-0,00361). Em uma mesma comparação, nos meses de outubro a novembro, os subgrupos que mais impactaram no índice negativo foi Carnes (-0,0429), Pescado (-0,0146) e Frutas (-0,0097).

Tabela 4 - IPC Alimentação em Santarém (Set/Out – Nov/Dez) 2025

IPC Alimentação	Set/Out 2025	Out/Nov 2025
Grupo de Alimentação (Geral)	**- 0,0039**	**- 0,0413**
(1) Subgrupo: Cereais, Leguminosas e Oleaginosas	0,0010	- 0,0016
(2) Subgrupo: Farinha, féculas e massas	0,0036	- 0,0092
(3) Subgrupo: Tubérculos, Raízes e Legumes	- 0,0005	- 0,0086
(4) Subgrupo: Açúcares e Derivados	- 0,0009	0,0103
(5) Subgrupo: Hortaliças e Verduras	- 0,0017	0,0001
(6) Subgrupo: Carnes	- 0,0089	- 0,0429
(7) Subgrupo: Carnes e peixes industrializados	- 0,0028	0,0016
(8) Subgrupo: Aves e Ovos	- 0,0033	- 0,0026
(9) Subgrupo: Leites e Derivados	0,0049	- 0,0043
(10) Subgrupo: Panificadora	0,0084	0,0291
(11) Subgrupo: Óleos e Gorduras	- 0,0010	0,0144
(12) Subgrupo: Bebidas e Infusões	0,0018	- 0,0039
(13) Subgrupo: Enlatados e Conservas	0,0000	- 0,0003
(14) Subgrupo: Sal e condimentos	- 0,0007	0,0008
(15) Subgrupo: Frutas	- 0,0002	- 0,0097
(16) Subgrupo: Pescado	- 0,0036	- 0,0146

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da pesquisa de campo (2025).

Na Tabela 5, temos os pesos dos subgrupos e respectivos itens, que de acordo com a metodologia de cálculo do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor: Métodos de Cálculo (SNIPC) do IBGE, representam padrões e tendências de consumo das pessoas e são indispensáveis para a formação de um IPC que busca abrigar da melhor forma a diversidade e singularidade regional de cada lugar analisado. Observa-se que os maiores pesos estão nos seguintes subgrupos: Tubérculos, Raízes e Legumes (0,222), Frutas (0,212), Carnes (0,164). Entre os subgrupos com menor representatividade na composição da cesta de alimentação destacam-se os Enlatados e conservas (0,047), Óleos e gorduras (0,020) e Sal e condimentos (0,019).

Tabela 5 - Peso IPC – Setembro/2025

Peso IPC setembro/2025	
Grupo de Alimentação (Geral)	**0,506**
(1) Subgrupo: Cereais, Leguminosas e Oleaginosas	-0,090
(2) Subgrupo: Farinha, féculas e massas	-0,267
(3) Subgrupo: Tubérculos, Raízes e Legumes	0,222
(4) Subgrupo: Açúcares e Derivados	0,130
(5) Subgrupo: Hortaliças e Verduras	0,100
(6) Subgrupo: Carnes	-0,164
(7) Subgrupo: Carnes e peixes industrializados	0,076
(8) Subgrupo: Aves e Ovos	-0,022
(9) Subgrupo: Leites e Derivados	0,072
(10) Subgrupo: Panificadora	0,121
(11) Subgrupo: Óleos e Gorduras	0,020
(12) Subgrupo: Bebidas e Infusões	0,081
(13) Subgrupo: Enlatados e Conservas	0,047
(14) Subgrupo: Sal e condimentos	0,019
(15) Subgrupo: Frutas	0,212
(16) Subgrupo: Pescado	0,069

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da pesquisa de campo (2025).

O Indice de Laspeyres Modificado, calculado para a cesta básica de alimentação de Santarém (PA), como indicado na Tabela 6, entre os meses de agosto e setembro de 2025, resultou em 0,359 para grupo de alimentação, ou seja, considerando as quantidades fixas da cesta básica de alimentação, os preços médios variaram em 39,9%. A decomposição do índice revela que a variação foi fortemente influenciada pelos subgrupos: Carnes (0,0542), Farinha Féculas e Massas (0,0512) e Pescado (0,0354). Nos meses de setembro a outubro de 2025, o índice geral do grupo de alimentação foi de 0,3524 e para os meses de outubro a novembro ele apresentou o percentual de 0,3150, indicando a diminuição da inflação dos alimentos.

A exemplo de comparação, a variação mensal do IPCA da capital Belém em setembro de 2025, foi de 0,33% para o subgrupo farinha, féculas e massas, 0,28% para Carnes e uma queda de -3,86% no subgrupo de pescados.

Tabela 6 - Índice de Laspeyres Modificado

Índice de Laspeyres Modificado			
	AGO/SET 2025	SET/OUT 2025	OUT/NOV 2025
Grupo de Alimentação (Geral)	**0,3590**	**0,3524**	**0,3150**
(1) Subgrupo: Cereais, Leguminosas e Oleaginosas	0,0347	0,0370	0,0344
(2) Subgrupo: Farinha, féculas e massas	0,0512	0,0580	0,0451
(3) Subgrupo: Tubérculos, Raízes e Legumes	0,0163	0,0137	0,0057
(4) Subgrupo: Açúcares e Derivados	0,0128	0,0108	0,0220
(5) Subgrupo: Hortaliças e Verduras	0,0103	0,0077	0,0094
(6) Subgrupo: Carnes	0,0542	0,0475	0,0135
(7) Subgrupo: Carnes e peixes industrializados	0,0088	0,0053	0,0097
(8) Subgrupo: Aves e Ovos	0,0249	0,0220	0,0227
(9) Subgrupo: Leites e Derivados	0,0176	0,0220	0,0127
(10) Subgrupo: Panificadora	0,0257	0,0331	0,0539
(11) Subgrupo: Óleos e Gorduras	0,0193	0,0183	0,0337
(12) Subgrupo: Bebidas e Infusões	0,0198	0,0209	0,0153
(13) Subgrupo: Enlatados e Conservas	0,0036	0,0032	0,0029
(14) Subgrupo: Sal e condimentos	0,0052	0,0044	0,0059
(15) Subgrupo: Frutas	0,0192	0,0171	0,0076
(16) Subgrupo: Pescado	0,0354	0,0314	0,0204

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da pesquisa de campo (2025).

Rayol, Cristovão e Romano (2025), elencaram diversas espécies frutíferas nativas da região que são encontradas nos quintais da região rural do município de Santarém (PA), na comunidade de Santa Rosa. Entre as frutas destacadas no estudo que estão também na Cesta Básica de Alimentos elaborada neste estudo, estão: Abacate, Manga, Limão, Banana, Laranja, Goiaba, Tangerina.

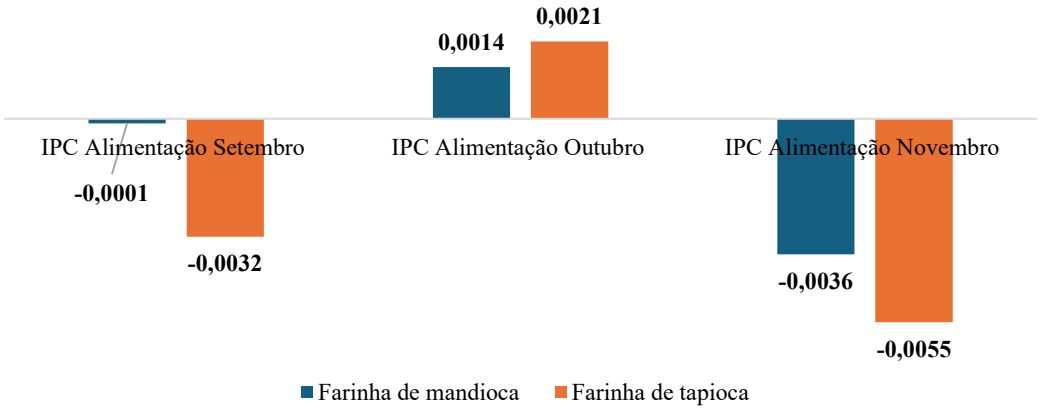
Tabela 7 - Taxa de Variação do Subgrupo Frutas Agosto a Novembro de 2025

Taxa de Variação das Frutas na Cesta Básica de Santarém (PA)			
	Taxa de Variação Ago/Set 2025	Taxa de Variação Set/Out 2025	Taxa de Variação Out/Nov 2025
Subgrupo: Frutas	**11,28**	**-1,22**	**-56,20**
Banana prata	20,00	-16,67	23,33
Abacate	6,00	13,21	-13,33
Laranja	25,00	-20,00	25,00
Limão	35,00	33,33	11,11
Manga	-6,67	-28,57	35,00
Tangerina	25,00	-13,33	15,38
Goiaba	8,33	-3,85	20,00

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da pesquisa de campo (2025).

De acordo com Pereira (2008), a mandioca produzida nas região Amazônica Central, se destaca como alimento essencial, assumindo grande importância para a alimentação, para economia e para a cultura. Em seu estudo, evidencia a comunidade Boa Esperança, que está localizada no Lago do Amanã, na cidade de Santarém (PA), que possui um centro de produção de mandioca organizado e complexo. Logo, os subprodutos da mandioca, como a farinha de mandioca e tapioca estão diretamente associados ao consumo de alimentos da agricultura familiar e populações tradicionais. No Gráfico 1, é observado o IPC alimentação dos dois itens, entre os meses de agosto a setembro de 2025, foi negativo, assim como entre os meses de outubro a novembro. O índice foi positivo nos meses de setembro a outubro de 2025. Nacionalmente, conforme pesquisa do Cepea (2025), em setembro os preços da mandioca subiram devido a reduzida oferta causada pela estiagem.

Gráfico 1 - IPC Alimentação – Farinha de Mandioca e Tapioca (Agosto a Novembro 2025)



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da pesquisa de campo (2025).

A cidade de Santarém possui, entre seus recursos naturais mais abundantes os rios Tapajós e Amazonas, que sustentam a vida econômica e social da região, além de transbordar saber, conhecimento e cultura. A Tabela 8, representa o IPC dos meses de agosto a novembro de 2025. Pode-se concluir que as variações no IPC nesse período foram muito pequenas, entre os aumentos mais significativos temos: Peixe-Pescada (0,0004), Peixe-Pintado (0,0005), Peixe-Surubim (0,0008). Sobre as quedas, temos: Camarão (-0,0006), Peixe-Pescada (-0,0019) e Peixe-Tucunaré (-0,0014).

Tabela 8 - IPC Alimentação – Subgrupo Pescado (Agosto a Novembro 2025)

IPC Alimentação - Subgrupo Pescado - Agosto a Novembro 2025			
	AGO/SET 2025	SET/OUT 2025	OUT/NOV 2025
Subgrupo: Pescado	**0,0003**	**-0,0036**	**-0,0146**
Camarão	-0,0006	-0,0004	0,0005
Peixe-pescada	0,0004	-0,0019	-0,0010
Peixe-Tambaqui	0,0001	-0,0001	-0,0002
Peixe-Tucunaré	0,0001	-0,0004	-0,0014
Peixe-Dourada	0,0001	-0,0001	0,0001
Peixe-Pirarucu	0,0002	-0,0006	-0,0004
Peixe-Pintado	0,0002	0,0005	-0,0006
Peixe - Surubim	-0,0002	-0,0005	0,0008
Peixe-Curimatã	0,0002	-0,0002	0,0003
Peixe-Filhote	-0,0001	0,0000	0,0001

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da pesquisa de campo (2025).

A cidade de Santarém, destaca-se por sua importância econômica, territorial, histórica, que assinala as diferentes dimensões que podem ser representadas nas análises. Logo, a análise da variação dos preços da cesta básica de alimentos, no período estudado, permite concluir que as variações dos preços em Santarém (PA), considerando o conjunto de variáveis calculadas, representam uma combinação de fatores microeconômicos e comportamentais que aliados à compreensão macroeconômica de inflação constituem interpretações eficazes ao contexto socioeconômico.

Assim sendo, a análise microeconômica confere às oscilações observadas, dimensão estrutural com base nos fenômenos de oferta e demanda em conjunto com as características da teoria do consumidor, como racionalidade, restrição orçamentária, *trade-off*, tipos de bens. E, além disso, a economia comportamental, assinala uma compreensão mais intrínseca ao real comportamento das pessoas diante do contexto econômico e social, como a aversão às perdas, sensibilidade à preços de referência, uso de orçamentos fixos.

Diante do levantamento de dados sobre os preços da cesta básica de alimentação de Santarém (PA), entre os meses de agosto a novembro de 2025, os cálculos assinalam a dinâmica de oscilações dos preços da cesta básica de alimentação. Conforme observado, houve uma elevação dos preços nos meses de agosto a setembro e uma queda nos meses posteriores, de setembro a novembro de 2025. O movimento de elevação nos preços que ocorreu no período de agosto a setembro, foi fortemente influenciado pelo subgrupo Farinha, féculas e massas, que representa um dos maiores pesos no total da cesta de alimentação. Os meses seguintes destacaram-se pela diminuição dos preços, foi fortemente influenciado pelo subgrupo Carnes.

Os dados contribuíram significativamente para a descrição do panorama geral do grupo de alimentação da cesta básica de Santarém entre os meses indicados. Logo, tendo em vista a utilização dos indicadores estatísticos, foi possível reconhecer as oscilações dos preços nos diferentes períodos e aplicar enfoque conforme os fundamentos teóricos.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como finalidade analisar a variação dos preços que compõem a cesta básica de alimentos de Santarém (PA), utilizando dados coletados em supermercados, feiras-livres e atacadões nos meses de agosto a novembro de 2025. Por conseguinte, foi incorporado duas teorias que enfatizam o consumidor e seu comportamento diante do mercado: a teoria do consumidor e a economia comportamental. Além disso, utilizou-se da teoria macroeconômica para a compreensão do fenômeno da inflação, discutindo-se as diferentes teorias que buscam explicar as origens, causas e determinantes do aumento generalizado dos preços em uma economia.

A reflexão acerca das escolhas dos indivíduos sobre o que consumir, quando consumir e quanto consumir revelam que os economistas estão a todo momento tentando captar a concretude das ações humanas diante do contexto econômico vivenciado. Desse modo, teorias que discutem as decisões a partir de uma variedade de métodos e interdisciplinaridade, como é feito na economia comportamental, a qual alia a área psicológica à economia, contribui para avanços na compreensão do ser humano em suas várias dimensões. Os indicadores de qualidade de vida, como o cálculo da cesta básica de alimentos, caracterizam-se por dirigir famílias, empresas e governos sobre questões aplicadas ao fortalecimento de políticas públicas voltadas ao abastecimento, à agricultura familiar, ao consumo consciente e à segurança alimentar.

Diante desse contexto, considera-se que a questão problema que nos orientou a realização deste trabalho foi satisfatoriamente respondida. Os preços dos alimentos da cesta básica de Santarém, entre agosto e novembro de 2025, comportaram-se da seguinte, forma: 1) De agosto a setembro, os preços apresentaram elevação, sendo os principais subgrupos responsáveis por esse aumento: Farinha, féculas e massas (0,0032), Carnes (0,0022), Tubérculos, Raízes e Legumes (0,0021). 2) De setembro a outubro, verificou-se variação negativa, indicando redução nos preços da cesta básica. Os subgrupos que mais contribuíram para essa queda foram: Carnes (-0,0089), Aves e Ovos (-0,0033) e o Pescado (-0,0036). 3) De outubro a novembro, a cesta básica manteve percentual negativo com destaque para os subgrupos que mais influenciaram esse resultado: Carnes (-0,0429), Pescado (-0,0146) e Frutas (-0,0097).

Desse modo, o Índice de Preços ao Consumidor, da cesta básica de alimentação da cidade de Santarém (PA), entre os meses de agosto a setembro de 2025, indicaram a trajetória geral dos preços de cada subgrupo e respectivo item. Reuniram-se os dados dos preços coletados por discentes do Curso de Ciências Econômicas, da disciplina de Contabilidade

Social, ministrada pela Profa. Dra, Leila Monte. Para o tratamento, organização e análise dos dados coletados, utilizou-se o *software* Microsoft Excel, que permitiu a construção de planilhas, cálculos estatísticos e elaboração dos gráficos e tabelas apresentados. Além disso, todo o arcabouço teórico de metodologia de cálculos do IPC, pesos e Índice de Laspeyres Modificado foi retirado das pesquisas do Laboratório de Inflação e Custo de Vida de Marabá - (LAINC), organizado pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa).

Ainda, evidenciando o objetivo geral desenvolvido neste trabalho – calcular e analisar o IPC da cesta básica de alimentação em Santarém (PA) para o período de agosto a novembro de 2025, identificando tendências, oscilações e impactos sobre o custo alimentar local – foi alcançado, tendo em vista os resultados obtidos e sua articulação com o referencial teórico. Ademais, quanto aos objetivos específicos que foram previamente enumerados, depreende-se que foram bem assistidos. Ressalta-se a finalidade proposta, bem como a reposta alcançada em relação à essa finalidade.

Desse modo, o primeiro objetivo específico, que teve como finalidade a pesquisa bibliográfica das teorias do consumidor, comportamental e inflação, foi executado com êxito, utilizando-se os principais autores que discutem o assunto e servem de referência para o arcabouço teórico das três teorias.

O segundo objetivo específico foi a identificação os produtos que compõem a cesta básica de alimentação, não deixando de inserir aqueles que são característicos e representam a cultura e a biodiversidade alimentar do interior da Amazônia. Além disso, os preços coletados receberam o tratamento devido assim como os cálculos apresentados seguiram uma metodologia já citada.

O terceiro objetivo específico teve como finalidade estimar a variação mensal para os meses de agosto a novembro de 2025, entre agosto a setembro, os subgrupos que apresentaram uma taxa elevada de variação foram: Tubérculos, Raízes e Legumes (14,58%), Enlatados e Conservas (13,81%) e Frutas (11,28%). Já entre os meses de setembro a outubro, destacaram-se os subgrupos Panificadora (33,76%), Leites e Derivados (28,97%) e Bebidas e Infusões (9,15%). Entre os meses de outubro a novembro, a taxa de variação foi maior nos seguintes subgrupos: Panificadora (117,56%), Açúcares e Derivados (88,66%) e Óleos e Gorduras (74,55%).

O quarto objetivo específico foi a identificação e análise das variações dos alimentos regionais da cesta básica de Santarém (PA). Entre os subgrupos, os seguintes são destaques: Frutas, com as seguintes variações: no mês de agosto a outubro o Limão (35%) foi

o item que mais se destacou pelo alta variação, no mês de outubro a novembro o destaque foi para a Manga (35%); o subgrupo Farinha, féculas e massas, a farinha de mandioca e tapioca obteve uma variação positiva no mês de outubro e negativa nos meses de agosto e novembro; no subgrupo dos Pescados as variações mostraram-se menos expressivas. Entre os aumentos observados destacam-se: Peixe-Pescada (0,0004), Peixe-Pintado (0,0005), Peixe-Surubim (0,0008). Quanto às reduções, evidenciam-se: Camarão (-0,0006), Peixe-Pescada (-0,0019) e Peixe-Tucunaré (-0,0014).

Logo, o presente trabalho foi uma iniciativa significativa de compreensão das teorias que dedicam-se em analisar o comportamento dos consumidores diante do mercado. Essa compreensão perpassa por teorias construídas pelo arcabouço teórico neoclássico e pelos avanços das ciências diante da complexidade das decisões humanas. Ao integrar diferentes abordagens sobre o comportamento do consumidor, reforça-se a importância desses estudos para as discussões econômicas, sociais e políticas.

Além disso, ao representar o contexto inflacionário brasileiro – marcado por fragilidades – o presente trabalho ganha relevância ao buscar entender a complexidade histórica da realidade brasileira. Dito isso, a coleta dos preços e análise das variações observadas contribuem para a compreensão do cenário econômico a nível regional, reafirmando o compromisso da academia em produzir conhecimento que dialogue diretamente com os desafios que a sociedade enfrenta.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Comitê de Política Monetária (Copom).** Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/copom>. Acesso em: 04 nov. 2025.

_____. **Relatório de Inflação**. Brasília: Banco Central do Brasil, v. 6, n. 2, jun. 2004. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/ri/200406>. Acesso em: 10 nov. 2025.

_____. **Relatório de Inflação: 4º Trimestre de 2024**. Brasília, DF: BCB, dez. 2024. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/conteudo/home-ptbr/TextosApresentacoes/Apresentacao_RI_4T2024.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2025.

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia** / Olivier Blanchard; tradução Sônia Midori Yamamoto. 7. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2017.

BRASIL. Decreto-Lei nº 399, de 30 de abril de 1938. Aprova o regulamento para execução da Lei nº 185, de 14 de janeiro de 1936, que institui as Comissões de Salário Mínimo. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 7 maio 1938. Seção 1, p. 8600.

BRESSER-PEREIRA, L. C.. **A inflação decifrada.** Brazilian Journal of Political Economy, v. 16, n. 4, p. 515–531, out. 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-31571996-0955>. Acesso em: 07 nov. 2025.

_____. **As contradições da inflação brasileira**. Encontros com a Civilização brasileira, n. 21, p. 105-131, 1980.

_____. A descoberta da inflação inercial. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 14, p. 167-192, 2010.

CARRARA, A. F.; CORREA, A. L.. **O regime de metas de inflação no Brasil: uma análise empírica do IPCA**. Revista de Economia Contemporânea, v. 16, n. 3, p. 441–462, set. 2012.

CARVALHO, José L. **Uma nota sobre números-índices**. Revista Brasileira de Economia, v. 29, n. 1, p. 60-88, 1975.

CEPEA – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **Boletim da Mandioca**. Piracicaba: ESALQ/USP, set. 2025. Disponível em: https://www.cepea.org.br/br/categoria/boletim-da-mandioca.aspx?mes=9&ano=2025. Acesso em: 27 nov. 2025.

COELHO, Alexandre Bragança; AGUIAR, Danilo Rolim Dias de; FERNANDES, Elaine Aparecida. **Padrão de consumo de alimentos no Brasil.** Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 47, p. 335-362, 2009.

CURADO, Marcelo Luiz; OREIRO, José Luis. **Metas de inflação: uma avaliação do caso brasileiro**. Indicadores Econômicos FEE, v. 33, n. 2, p. 127-146, 2005.

DE ALCÂNTARA, Alex Nascimento dos S.; URRACA-RUIZ, Ana; DOS SANTOS, Anderson Moreira Aristides. **O comprometimento do salário-mínimo pela cesta básica alimentar no Brasil: Evolução e assimetrias regionais**. Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**,** v. 19, n. 1, p. 107-126, 2025.

DE MOURA COSTA, Ana Cecília; DE LIMA, Natália Neves; GASPARIN, Eloi. **Identificação e caracterização das unidades produtoras de farinha de mandioca na comunidade de Boa Esperança, Santarém, PA**. Revista de Extensão da Integração Amazônica, v. 1, n. 2, p. 63-66, 2019.

DE SOUZA, Janes Ângelo. 2009. **Para Entender Os índices De preços: Uma visão Moderna**. Revista De Economia Mackenzie 2 (2). Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/rem/article/view/769>. Acesso em: 06 nov. 2025.

DIEESE - metodologia - **Metodologia da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos** - agosto/2025. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica2025.html>. Acesso em: 05 nov. 2025.

DOS SANTOS FERREIRA, Felipe Moreira. **Economia comportamental e vulnerabilidade cognitiva: fundamentos científicos para a proteção do consumidor no Brasil.** Orientador: Amanda Flavio de Oliveira, 2012. 127 f. Dissertação (Mestre em Direito). Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

GIAMBIAGI, Fábio et al. **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

HOFFMANN, Rodolfo. **Estatística para economistas**. 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013. xiv, 432 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Coordenação de Índices de Preços. **Sistema nacional de índices de preços ao consumidor: métodos de cálculo**. 8. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 149 p. (Relatórios Metodológicos, ISSN 0101-2843; v. 14). Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101767>. Acesso em: 04 nov. 2025.

KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. **Prospect theory: an analysis of decision under risk.** *Econometrica*, [S.l.], v. 47, n. 2, p. 263–291, mar. 1979. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1914185>. Acesso em: 24 out. 2025.

KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e devagar: duas formas de pensar**. Tradução: Objetiva, 2012.

KEYNES, John Maynard**. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Apresentação de Adroaldo Moura da Silva. Tradução de Mário R. da Cruz. Revisão técnica de Cláudio Roberto Contador. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. (Os Economistas)

LIMA, Fernando Carlos G. de Cerqueira; BARBOSA FILHO, Nelson Henrique; PALIS, Rebeca. **Contabilidade social: a nova referência das contas nacionais do Brasil**. Organizadores: Carmem Aparecida Feijó; Roberto Luís Olinto Ramos. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LOPES, F. L.. **Inflação inercial, hiperinflação e desinflação: notas e conjecturas.** Brazilian Journal of Political Economy, v. 5, n. 2, p. 296–319, abr. 1985.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2003.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia.** Tradução de Ana Beatriz Rodrigues. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

MANKIW, N. Gregory**. Introdução à economia.** Tradução de Allan Vidigal Hastings, Elisete Paes e Lima, Ez2 Translate. 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

MARQUES, Maria Silvia Bastos. **Uma resenha das teorias de inflação**. Revista Brasileira de economia, v. 41, n. 2, p. 185-224, 1987.

MELLER, P.. **Uma revisão da crise na ciência econômica (keynesianismo x monetarismo)***. Brazilian Journal of Political Economy, v. 7, n. 4, p. 531–551, out. 1987. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-31571987-4073>. Acesso em: 07 nov. 2025.

OLIVEIRA, S. P. DE.; THÉBAUD-MONY, A.. **Estudo do consumo alimentar: em busca de uma abordagem multidisciplinar**. Revista de Saúde Pública, v. 31, n. 2, p. 201–208, abr. 1997.

PEREIRA, Kayo Julio Cesar. **Agricultura tradicional e manejo da agrobiodiversidade na Amazônia Central**: **um estudo de caso nos roçados de mandioca nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Amanã e Mamirauá, Amazonas**. 2008. Tese (Doutorado em Ecologia Aplicada) - Ecologia de Agroecossistemas, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2008. doi:10.11606/T.91.2008.tde-20082008-113808. Acesso em: 26 nov. 2025.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L.; RABASCO, Esther. **Microeconomia**. Pearson Educación, 2013.

PINTO, Juliana Rosa Ribeiro; COSTA, Flávia Nunes. **Consumo de produtos processados e ultraprocessados e o seu impacto na saúde dos adultos.** Research, Society and Development, v. 10, n. 14, p. e568101422222-e568101422222, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i14.22222. Disponível em: https://rsdjournal.org/rsd/article/view/22222. Acesso em: 21 nov. 2025.

PRADO, E. F. S.. **A ortodoxia neoclássica.** Estudos Avançados, v. 15, n. 41, p. 9–20, jan. 2001.

RAYOL, Yasmin; CRISTOVÃO, Eduarda Emilia Magalhães; ROMANO, Maria Lita Padinha Correa. **Levantamento das espécies frutíferas em áreas de agricultura familiar no município de Santarém, Pará.** Revista de Ciências Agroveterinárias, Lages, v. 22, n. 2, p. 268–273, 2023. DOI: 10.5965/223811712222023268. Disponível em: https://www.revistas.udesc.br/index.php/agroveterinaria/article/view/22074. Acesso em: 26 nov. 2025.

SBICCA, A.. **Heurísticas no estudo das decisões econômicas: contribuições de Herbert Simon, Daniel Kahneman e Amos Tversky.** Estudos Econômicos (São Paulo), v. 44, n. 3, p. 579–603, jul. 2014.

SICSÚ, João. **Políticas Não-Monetárias De Controle Da Inflação: Uma Proposta Pós-Keynesiana**. Análise Econômica, *[S. l.]*, v. 21, n. 39, 2009. DOI: 10.22456/2176-5456.10725. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/10725>. Acesso em: 10 nov. 2025.

SILVA, A. C. DA .. **De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição**. Estudos Avançados, v. 9, n. 23, p. 87–107, jan. 1995.

SILVA, Marcos Henrique A. da; DRUMOND, Carlos Eduardo; ALBUQUERQUE, Rodrigo Massao Y. de. **Nota metodológica: atualização dos pesos do IPC-Marabá com base na POF 2017-2018**. Marabá: LAINC/FAPESPA, 2023.

SILVA, Marcos Henrique Alves da; NOGUEIRA, Fernando; OLIVEIRA, Antonia Larissa Alves de; SOUZA, José Stênio Gonzaga de. **Metodologia do Índice de Preços ao Consumidor de Marabá (IPC-MBA)**. Marabá: Faculdade de Ciências Econômicas – FACE; Laboratório de Inflação e Custo de Vida de Marabá – LAINC, 2019. 1ª edição.

SIMONSEN, Mário Henrique. A inflação brasileira: lições e perspectivas. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 5, n. 4, p. 487-503, 1985.

SOUZA, L. D. W. **Inflação de custos e inflação de demanda: uma discussão acerca da natureza das causas da inflação**. Leituras de Economia Política, Campinas, n. 9, p. 19 39, 2001. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/LEP/L9/LEP9_02Willcox.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2025.

THALER, Richard H. **Misbehaving: a construção da economia comportamental**. Editora Intrínseca, 2019.

VARIAN, Hal R. **Microeconomia: uma abordagem moderna** [recurso eletrônico]. Tradução de Elfo Ricardo Doninelli. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. Recurso digital.

VASCONCELLOS, Marco Antonio S.; GARCIA, Manuel E. **Fundamentos de economia.** Editora Saraiva, 1998.